



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, setembro/2004

MINISTRO DA FAZENDA

Antônio Palocci Filho

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Bernard Appy

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL

Joaquim Vieira Ferreira Levy

CHEFE DE GABINETE

Paulo Márcio Neves Rodrigues

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS

Almério Cançado de Amorim

Jorge Khalil Miski

José Antônio Gragnani

Tarcísio José Massote de Godoy

COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Cleber Ubiratan de Oliveira

EQUIPE

Alex Pereira Benício

Aline Dieguez Barreiro de Meneses Silva

Bento André de Oliveira

Fabiana Magalhães Rodopoulos

Fabio Pereira Simoni da Silva

José Cordeiro Neto

Lindemberg de Lima Bezerra

Paula Bicudo Magalhães

O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 412-3970/3971

Informações:

Tel: (61) 412-2203

Fax: (61) 412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda
Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar
70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970

Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 10, n. 8, ago. 2004. 33 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

O Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) registrou superávit primário de R\$ 3,8 bilhões no mês de agosto, apesar da menor receita arrecadada no mês em comparação a julho. O Tesouro Nacional contribuiu para esse desempenho com superávit de R\$ 6,4 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central registraram déficits de R\$ 2,6 bilhões e R\$ 29,5 milhões, respectivamente. No ano, o superávit primário do Governo Central acumula R\$ 41,7 bilhões, contra R\$ 34,8 bilhões realizados de janeiro a agosto de 2003, correspondendo a um aumento de R\$ 6,9 bilhões. Por seu lado, as despesas do Tesouro Nacional cresceram R\$ 16,5 bilhões – dos quais R\$ 13,1 em despesas de custeio e capital – e as despesas da Previdência Social cresceram R\$ 11,8 bilhões.

O superávit primário do Governo Central no ano atingiu aproximadamente 3,81% do PIB estimado para o período, contra 3,55% em igual período de 2003.

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	RS milhões			
	JUL 2004	AGO 2004	JAN-AGO 2003	JUL-AGO 2004
I. RECEITA TOTAL	35.129,3	33.662,8	231.730,6	270.103,0
I.1. Receitas do Tesouro	27.526,4	25.985,5	182.769,7	211.802,8
I.1.1 Receita Bruta	29.432,7	27.526,5	188.007,4	220.859,0
I.1.2. (-) Restituições	-1.906,4	-1.541,0	-5.237,7	-9.056,1
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	-	-	-	-
I.2. Receitas da Previdência Social	7.509,3	7.583,4	48.295,1	57.567,6
I.3. Receitas do Banco Central	93,7	94,0	665,8	732,6
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	5.316,6	6.033,5	41.166,4	44.226,5
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	29.812,7	27.629,2	190.564,2	225.876,5
IV. DESPESA TOTAL	26.222,2	23.838,2	155.770,6	184.146,0
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	7.913,6	6.150,7	50.612,8	54.000,3
IV.2. Benefícios Previdenciários	9.773,9	10.154,0	62.919,6	74.715,5
IV.3. Custeio e Capital	8.375,6	7.364,6	41.073,7	54.184,1
IV.3.1. Despesa do FAT	1.193,6	1.007,4	5.469,3	6.136,8
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	390,2	526,6	1.597,3	2.394,3
IV.3.3. LOAS/RMV (1)	806,1	667,8	2.834,9	5.379,9
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	5.985,8	5.162,9	31.172,1	40.273,2
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	47,3	45,4	378,0	372,2
IV.5. Despesas do Banco Central	111,8	123,5	786,6	873,9
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV+V)	3.590,4	3.791,1	34.793,5	41.730,4
V.1. Tesouro Nacional	5.873,2	6.391,2	49.538,8	59.019,6
V.2. Previdência Social (RGPS) (2)	-2.264,7	-2.570,6	-14.624,4	-17.147,9
V.3. Banco Central (3)	-18,1	-29,5	-120,8	-141,3
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			3,55%	3,81%

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central. Até 2003, RMV estava sendo considerada como benefício previdenciário, integrando o resultado da Previdência Social. A partir de janeiro deste ano passou a ser computado juntamente com LOAS, integrando o resultado do Tesouro Nacional.

(2) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários.

(3) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

DISCRIMINAÇÃO	%
Receitas	16,6%
Tesouro	15,9%
Previdência	19,2%
Transferências	7,4%
Receita Líquida	18,5%
Despesas	18,2%
Benefícios	18,7%
Pessoal	6,7%
Custeio e Capital	31,9%

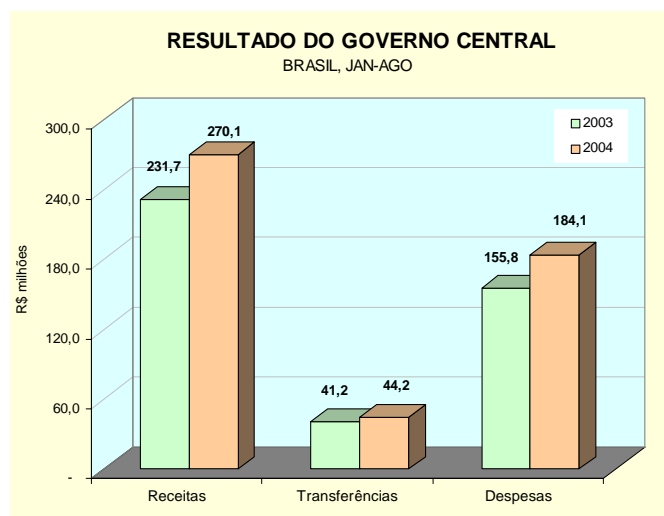
Com o resultado do mês, o Governo Central cumpre com folga a meta de R\$ 33,1 bilhões estabelecida no Decreto de Programação Financeira nº 5.178/2004 para o período janeiro-agosto de 2004.

salarial, em julho e agosto, devido ao início das liberações referente ao calendário 2004/2005, naturalmente concentradas nesses meses. No ano, destaca-se o aumento dos gastos com benefícios sociais acima das demais despesas, notadamente LOAS (48,8%), subsídio a agricultores familiares – Pronaf (72,6%) e subsídio à habitação – PSH (126,9%).

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN-AGO (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2003	2004
Receita Total	23,64%	24,68%
Transferências	4,20%	4,04%
Receita Líquida	19,44%	20,64%
Despesa Total	15,89%	16,83%
Resultado Primário	3,55%	3,81%

O resultado primário do Governo Central no ano foi R\$ 6,9 bilhões (19,9%) superior ao obtido em igual período de 2003. De um lado, as despesas cresceram R\$ 28,4 bilhões (18,2%) – com destaque para as despesas com benefícios sociais e demais despesas de custeio e capital – totalizando R\$ 184,1 bilhões no ano. A receita líquida de transferência a estados e municípios, por sua vez, cresceu R\$ 35,3 bilhões (18,5%), atingindo o montante de R\$ 225,9 bilhões. Como proporção do PIB, o resultado no período foi 0,26 ponto percentual superior ao obtido em 2003. O resultado do Tesouro Nacional cresceu 0,34 ponto percentual, compensando o aumento do déficit do RGPS em 0,08 ponto percentual, ocorrido não obstante o crescimento na arrecadação de contribuições, correspondente a 0,33 ponto percentual do PIB.

Em 2004, as despesas de custeio e capital crescem 0,76 ponto percentual do PIB em relação ao primeiro semestre de 2003, sem prejuízo da observância dos limites de pagamento estabelecidos nos Decretos de Programação Financeira e do cumprimento das metas de resultado primário.



As receitas do Tesouro Nacional apresentaram crescimento de R\$ 29,0 bilhões em termos nominais (15,9%), atingindo o montante de R\$ 211,8 bilhões no ano. Esse desempenho está associado aos seguintes fatores, entre os mais importantes: i) aumento da alíquota da Cofins incidente sobre entidades financeiras, da CSLL sobre empresas prestadoras de serviço e do IPI-Fumo (ao mesmo tempo em que houve redução das alíquotas do Imposto de Importação e do IPI sobre automóveis e bens de capital); ii) medidas administrativas para melhoria da eficiência da arrecadação e combate à sonegação, tais como a retenção na fonte de Cofins, IRPJ, PIS e CSLL referente a pagamentos efetuados a empresas prestadoras de serviços, extinção de crédito presumido PIS/Cofins no

IPI e instituição do PAES; e iii) ampliação da base de arrecadação, com a incorporação da Cofins/PIS (não-cumulativa) sobre importações. Parte deste aumento da arrecadação, assinala-se, constitui-se antecipação de tributos, e poderá ser compensada nos próximos meses. A arrecadação para o último trimestre também deverá ser reduzida em virtude das medidas visando à maior eficiência tributária, dentre as quais a desoneração de determinados setores e segmentos da sociedade.

As transferências a estados e municípios somaram R\$ 44,2 bilhões, R\$ 3,1 bilhões superior ao registrado de janeiro a agosto de 2003. Como proporção do PIB, entretanto, as transferências foram reduzidas em cerca de 0,16 ponto percentual, não obstante as transferências da CIDE este ano. Parte da redução é atribuída a variações no volume de compensação pela União da desoneração do ICMS nas exportações, por ter ocorrido, em 2003, transferência adicional de valores referentes a 1999, sem correspondência este ano. Até agosto de 2003, as compensações pela desoneração do ICMS foram de R\$ 2,8 bilhões, contra R\$ 2,9 bilhões no mesmo período deste ano. Adicionalmente, os repasses de *royalties* foram relativamente menores em 2004 devido ao efeito da depreciação cambial ocorrida a partir de março de 2003.

As despesas do Tesouro Nacional atingiram R\$ 108,2 bilhões, crescendo R\$ 16,5 bilhões em relação a igual período do ano anterior. Esse comportamento está associado aos seguintes fatores: i) aumento de R\$ 3,4 bilhões nos gastos com pessoal, refletindo o crescimento vegetativo da folha de pagamentos e a reestruturação de carreiras estratégicas; e ii) aumento de R\$ 13,1 bilhões nas despesas de custeio e capital, em alguma medida explicado pelo maior volume de benefícios (LOAS, RMV, subsídios à agricultura familiar e à habitação, entre outros) e pela execução financeira dos órgãos do poder executivo relativamente melhor distribuídas este ano, em linha com a programação financeira e as metas de resultado primário do exercício. Outrossim, a execução do orçamento tem demonstrado uma dinâmica bastante positiva nos investimentos públicos de 2004.

Por fim, o RGPS apresentou déficit de R\$ 17,1 bilhões este ano, contra R\$ 14,6 bilhões no mesmo período de 2003. Não obstante o aumento da base de arrecadação da Previdência após a reforma, e da ampliação do contingente de beneficiários, as despesas com benefícios têm crescido em ritmo maior do que as contribuições. Isso tem ocorrido pela conjunção do aumento do valor médio (aumento do salário mínimo em termos reais) e pelo aumento na quantidade paga de benefícios (notadamente auxílios-doença). Além disso, o pagamento das decisões dos tribunais de pequenas causas referentes a reajustes das aposentadorias tem contribuído para o dinamismo da despesa previdenciária.

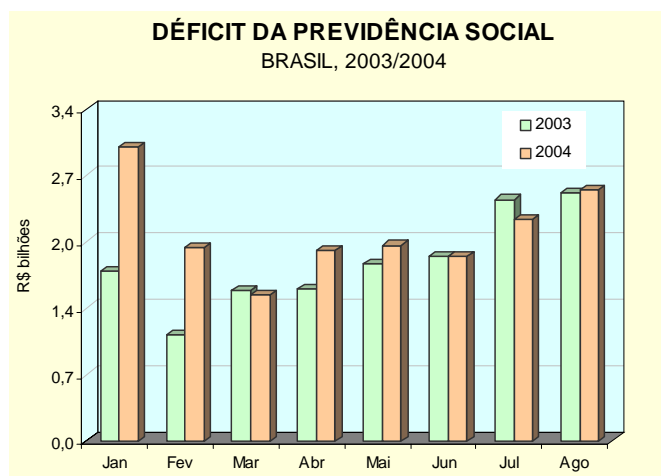
RESULTADO DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-AGO (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2003	2004
Receitas do Tesouro (*)	18,65%	19,36%
Transferências	4,20%	4,04%
Despesas do Tesouro	9,39%	9,92%
Resultado Primário	5,05%	5,39%

(*) Líquidas de restituições e incentivos fiscais

As despesas do Tesouro Nacional corresponderam a 9,89% do PIB, sendo 0,53 ponto percentual superior à verificada em igual período de 2003.

O valor médio dos benefícios da Previdência passou de R\$ 378,4 no período janeiro-agosto de 2004, para R\$ 430,2 no mesmo período deste ano (crescimento de 13,7%). Ao mesmo tempo, a quantidade passou de 21,3 milhões para 22,2 milhões (crescimento de 4,3%). Destaques para os benefícios associados ao auxílio-doença, que cresceram 31,7% no período.

Em 2004, o RGPS acumula déficit de R\$ 17,1 bilhões, 17,3% superior ao resultado de idêntico período do ano passado. Como proporção do PIB estimado, o déficit do RGPS cresceu 0,08 ponto percentual, passando de 1,49% do PIB em 2004, contra 1,57% do PIB em 2003.



Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 27,5 bilhões em agosto, sendo R\$ 1,9 bilhão inferior ao verificado no mês anterior, em função grande parte de fatores sazonais. A maior parte desta queda da receita, cerca de R\$ 1,7 bilhão, pode ser explicada pelo recolhimento da primeira cota ou cota única do IRPJ e CSLL em julho referente à apuração trimestral encerrada em junho.

RECEITAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	JUL	AGO
Impostos	12.011,4	10.938,8
Imposto de Renda	8.730,3	7.495,8
IPI	2.017,5	2.147,5
Outros	1.263,6	1.295,5
Contribuições	13.732,3	13.821,2
Cofins	6.356,5	7.033,0
CPMF	2.050,2	2.098,4
CSLL	2.074,0	1.330,9
Cide - Combustíveis	590,9	636,4
Outras	2.660,6	2.722,6
Demais	3.689,0	2.766,5
Cota parte	1.841,1	592,6
Diretamente Arrecadada	795,9	870,9
Dividendos da União	12,3	356,8
Refis e Paes	277,3	296,2
Outras	762,4	650,0
Total Bruto	29.432,7	27.526,5

As demais receitas do Tesouro Nacional apresentaram redução de R\$ 922,6 milhões (25,0%), em virtude principalmente da não repetição da arrecadação, no mês anterior, da cota-parte de compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural, em particular do recolhimento trimestral da parcela referente à participação especial. Em contrapartida, houve incremento de R\$ 344,5 milhões no pagamento de dividendos à União, dos quais R\$ 285,6 milhões relativos ao Banco do Brasil e R\$ 38,0 milhões ao Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND).

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

De janeiro a agosto de 2004, as receitas brutas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 220,9 milhões, contra R\$ 188,0 milhões no ano anterior. Este crescimento associa-se em parte ao desempenho da arrecadação da Cofins para cuja evolução contribuíram fatores tais como: i) aumento da alíquota das entidades financeiras, de 3% para 4%, a partir de setembro de 2003; ii) retenção na fonte de Cofins referente a pagamentos efetuados a empresas prestadoras de serviços, conforme Lei nº 10.833/2003, com reflexos positivos no aumento da eficiência da arrecadação e combate à sonegação, e iii) incorporação na base de cálculo da Cofins (não-cumulativa) dos insumos importados.

Verificou-se, também, recolhimento adicional do IPI (0,06 pontos percentuais acima de 2003) decorrente do aumento da produção industrial, e da CSLL (0,11). O aumento da CSLL está ligado à retenção na fonte do tributo relativo a pagamentos efetuados pelas empresas prestadoras de serviço e alteração da base de cálculo da CSLL por estimativa paga por estas empresas (que passou de 12% para 32% da receita bruta, a partir de 2003).

As demais receitas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 24,7 bilhões até agosto deste ano, contra R\$ 21,0 bilhões em igual período do ano anterior. Verificou-se o incremento de R\$ 1,0 bilhão na rubrica “Refis e Paes”, com destaque para o Parcelamento Especial (Paes), que entrou em vigor a partir em junho de 2003, conforme Lei nº 10.684/2003. As receitas próprias elevaram-se em R\$ 74,0 milhões, em decorrência, em grande parte, do aumento no recolhimento da taxa de fiscalização dos serviços da Anatel em abril deste ano.

Em agosto, as transferências a estados e municípios totalizaram R\$ 6,0 bilhões, contra R\$ 5,3 bilhões em julho, apresentando crescimento nominal de 13,5%. Destaca-se no mês, o aumento das transferências constitucionais em 28,7% em termos nominais refletindo o desempenho da arrecadação dos impostos compartilhados do terceiro decêndio de julho ao segundo decêndio de agosto, período base para o cálculo das transferências.

Observa-se, por outro lado, redução dos valores transferidos da CIDE-Combustíveis e da desoneração do ICMS em função fundamentalmente de fatores sazonais. No caso da CIDE-Combustíveis, a transferência ocorre no mês seguinte ao do encerramento do trimestre. Em relação às transferências a título de compensação pela desoneração do ICMS das exportações, o decréscimo explica-se pelo fato de que em julho ocorreram repasses retroativos do período de janeiro a junho (R\$ 75,0 milhões/mês), além do valor do próprio mês de julho, consoante o estabelecido na Medida Provisória nº 193, de 24/05/2004.

As demais transferências apresentaram aumento de R\$ 421,9 milhões, em virtude principalmente ao crescimento da arrecadação de royalties pela exploração de petróleo e gás natural (R\$ 680 milhões), refletindo a elevação do preço internacional do petróleo no final do primeiro semestre. A receita associada ao salário educação apresentou redução de R\$ 212,7 milhões, decorrente da sazonalidade bimestral dos repasses. As transferências para a complementação do Fundef também se reduziram, de acordo com a sua sazonalidade.

RECEITAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-AGO (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2003	2004
Impostos	8,28%	8,30%
Imposto de Renda	6,15%	6,11%
IPI	1,28%	1,34%
Outros	0,85%	0,86%
Contribuições	8,76%	9,62%
Cofins	3,84%	4,54%
CPMF	1,55%	1,53%
CSLL	1,09%	1,20%
Cide - Combustíveis	0,49%	0,47%
Outras	1,78%	1,89%
Demais	2,14%	2,26%
Cota parte	0,79%	0,71%
Diretamente Arrecadada	0,62%	0,63%
Dividendos da União	0,34%	0,30%
Refis e Paes	0,12%	0,21%
Outras	0,26%	0,41%
Total Bruto	19,18%	20,18%

Transferências a Estados e Municípios

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, 2004 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	JUL	AGO
Constitucionais (IR, IPI e outros)	3.470,2	4.467,5
Constitucionais (CIDE-Combustíveis)	254,8	2,6
Desoneração do ICMS	808,3	358,3
Demais	783,2	1.205,1
Total	5.316,6	6.033,5

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN-AGO (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2003	2004
Constitucionais (IR, IPI e outros)	3,20%	3,10%
Constitucionais (CIDE - Combustíveis)	0,00%	0,06%
Desoneração do ICMS	0,29%	0,26%
Demais	0,71%	0,62%
Total	4,20%	4,04%

De janeiro a agosto de 2004, as transferências a estados e municípios perfizeram 4,04% do PIB. As transferências constitucionais, inclusive CIDE – Combustíveis, representaram 3,16% do PIB, apresentando queda de 0,04 ponto percentual, refletindo a queda na arrecadação do IRRF – remessas de capital referente à redução na taxa de juros em relação a agosto de 2003. As demais transferências passaram de 0,71% para 0,62% devido, principalmente, aos efeitos da apreciação cambial sobre a arrecadação de royalties.

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

A variação nas despesas do Tesouro Nacional em agosto refletiu principalmente a queda sazonal nos dispêndios com pessoal e encargos sociais.

Por razões eminentemente sazonais, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 13,6 bilhões em agosto, contra R\$ 16,3 bilhões no mês anterior. A redução em R\$ 2,7 bilhões (17,0%) pode ser explicada pela queda nas despesas com pessoal e encargos sociais (R\$ 1,8 bilhão), com o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT (R\$ 186,2 milhões), a Lei Orgânica de Assistência Social e Renda Mensal Vitalícia - LOAS/RMV (R\$ 138,4 milhões) e outras despesas de custeio e capital. e custeio e capital (R\$ 822,9 milhões). Por outro lado, os gastos com subsídios e subvenções econômicas aumentaram no período, principalmente, aqueles relacionados às operações oficiais de crédito. O decréscimo nos gastos com pessoal e encargos sociais explica-se pela concentração de pagamento de férias e pelo adiantamento de parcela do décimo-terceiro salário no mês de julho.

A diminuição dos gastos no âmbito do FAT explica-se principalmente pela liberação de um lote de seguro-desemprego adicional em julho, em função do maior número de semanas naquele mês, comparado com o mês de agosto.

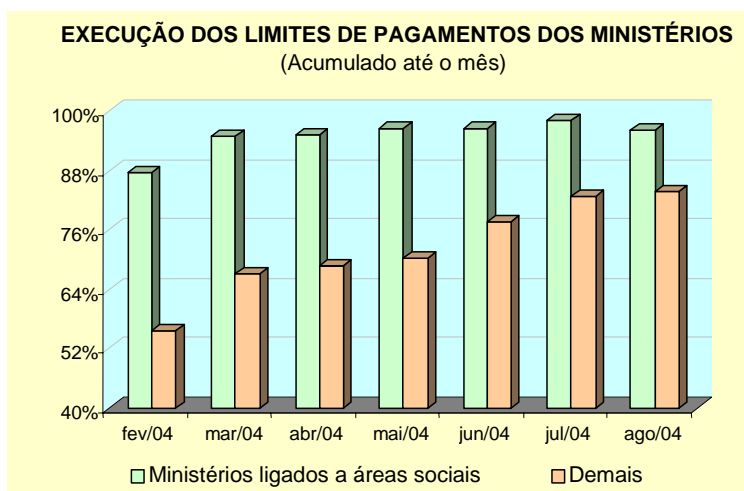
OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO BRASIL, 2004 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	JUL	AGO
Agricultura	182,7	283,9
Custeio Agropecuário	9,9	7,6
Investimento Rural	16,2	133,1
Preços Agrícolas	17,2	7,5
- EGF	0,2	0,0
- AGF	16,9	7,5
- Sustentação de preços	0,0	0,0
Pronaf	141,3	134,4
Pesa	0,0	0,0
Cacau	-1,9	1,3
Outros	122,8	156,3
Exportação (Proex)	73,9	100,5
Habituação (PSH)	53,2	61,9
Fundo da terra	-4,2	-6,1
Total	305,5	440,2

Os dispêndios com subsídios e subvenções econômicas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 526,6 milhões, apresentando acréscimo de R\$ 136,4 milhões em relação ao mês anterior. Os aumentos mais significativos deram-se no Programa de Investimento Rural e Agroindustrial (R\$ 116,9 milhões), no Programa de Financiamento às Exportações – PROEX (R\$ 26,6 milhões) e no Programa de Subsídio à Habitação – PSH (R\$ 8,7 milhões). A variação no Programa de Investimento Rural e Agroindustrial pode ser explicada pela concentração da despesa nos meses de fevereiro e agosto. Esse programa corresponde a um conjunto de linhas de financiamento com recursos FAT e FINAME, administradas pelo BNDES, cujos saldos médios são apurados em janeiro e julho, com respectivos pagamentos em fevereiro e agosto.

No período de janeiro a agosto de 2004, as despesas do Tesouro alcançaram 9,9% do PIB, 0,53 ponto percentual do PIB acima do valor observado em idêntico período do ano anterior. Esse aumento decorreu principalmente do incremento de 0,50 ponto percentual do PIB nos demais dispêndios com custeio e capital, e da inclusão, a partir de 2004, da despesa com a Renda Mensal Vitalícia (RMV).

No acumulado do ano, as despesas de pessoal e encargos sociais elevaram-se, comparativamente ao mesmo período do ano anterior, em R\$ 3,4 bilhões (6,7%), em função do crescimento vegetativo da folha salarial, da reestruturação de algumas carreiras estratégicas e do reajuste dos servidores públicos federais.

Os dispêndios com custeio e capital apresentaram crescimento nominal de R\$ 13,1 bilhões (31,9%), explicado, principalmente, pelo aumento das despesas discricionárias (R\$ 9,1 bilhões), com LOAS (R\$ 1,4 bilhão) e pelo efeito da inclusão, em 2004, da despesa com a RMV (R\$ 1,2 bilhão).



Os percentuais de execução do limite de pagamento, constantes dos decretos de programação orçamentária e financeira, até agosto, realizados pelos ministérios das áreas sociais (Saúde, Educação, Previdência e Assistência Social e Assistência e Promoção Social) e demais ministérios alcançaram, respectivamente, 96,4% e 83,8%, tendo apresentado incrementos significativos se comparados com o mesmo período do ano anterior (92,8% e 72,9%).

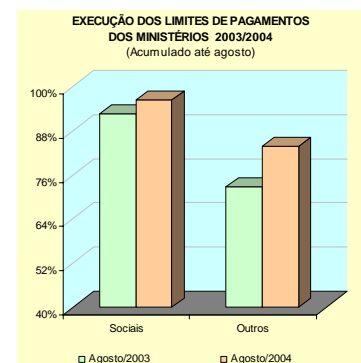
Com relação à execução de restos a pagar (RP) no acumulado do ano, o montante pago correspondeu a R\$ 5,8 bilhões, aproximadamente R\$ 2,2 bilhões a mais que no mesmo período do ano anterior (R\$ 3,6 bilhões). Foram pagos, até

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-AGO (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2003	2004
Pessoal e Encargos	5,16%	4,94%
Custeio e Capital	4,19%	4,95%
Despesas do FAT	0,56%	0,56%
Subsídios e Subvenções	0,16%	0,22%
LOAS/RMV (1)	0,29%	0,49%
Outras	3,18%	3,68%
Transferência ao Bacen	0,04%	0,03%

(1) RMV apenas em 2004

No ano, o percentual de execução do limite de pagamento dos ministérios ligados a áreas sociais atingiu 96,4%, representando aumento de 4,4 pontos percentuais em relação ao mesmo período do ano anterior,



Do total de restos a pagar (RP) pagos em 2004, R\$ 2,8 bilhões (48,3% do total) corresponderam a gastos com investimentos.

agosto de 2004, 64,1% do total de RP inscritos (menos cancelamentos) – respeitados os fluxos previstos no Decreto nº 4.992, de 18/02/2004 – contra 45,5% no mesmo período do ano anterior.

Do montante de restos a pagar pagos até agosto, R\$ 2,8 bilhões (48,3%) correspondem a investimentos, com destaque para aqueles pagos pelo Ministério dos Transportes (30%) e pelo Ministério da Saúde (19,5%). Até agosto de 2004, foram pagos 52,4% do total de RP inscritos (menos cancelamentos) relativos a despesas com investimentos.

As despesas do FAT atingiram R\$ 6,1 bilhões no acumulado de 2004, frente R\$ 5,5 bilhões em idêntico período do ano anterior, refletindo o aumento do salário-mínimo ocorrido em abril deste ano, com reflexo nessas despesas a partir desse mês. A despesa, como proporção do PIB, no entanto, manteve-se constante.

Os gastos acumulados no período janeiro-agosto com subsídios e subvenções econômicas – de caráter crescentemente social – aumentaram 50% em relação ao ano anterior, atingindo R\$ 2,4 bilhões. Os incrementos mais significativos foram nos montantes aplicados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf (R\$ 307,4 milhões, correspondente a um aumento de 72%), no Programa de Investimento Rural e Agroindustrial (R\$ 210,2 milhões, incremento de 183%) e no Programa de Subsídio à Habitação - PSH (R\$ 195,7 milhões, acréscimo de 126%). Além disso, houve aumento no valor líquido do Programa de Aquisições do Governo Federal – AGF (R\$ 235,8 milhões).

OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO BRASIL, JAN-AGO (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2003	2004
Agricultura	742,6	1.100,8
Custeio Agropecuário	254,8	75,1
Investimento Rural	114,5	324,7
Preços Agrícolas	-144,4	-56,0
- EGF	5,3	3,5
- AGF	-173,2	-62,6
- Sustentação de preços	23,5	3,1
Pronaf	423,6	731,0
Pesa	93,4	36,2
Cacau	0,6	-10,3
Outros	331,1	518,0
Habitação (PSH)	154,1	349,8
Exportação (Proex)	177,0	201,1
Fundo da Terra	0,0	-33,0
Total	1.073,7	1.618,8

Previdência Social

A Previdência Social registrou déficit primário de R\$ 2,6 bilhões em agosto, contra R\$ 2,3 bilhões no mês anterior, representando acréscimo de R\$ 305,9 milhões conforme a Tabela 2. O déficit acumulado no ano aumentou em relação a 2003, apesar de a arrecadação ter crescido 0,33 ponto percentual do PIB, em função do aumento do teto de contribuição e do forte aumento do emprego formal (1,5 milhão de novas ocupações de acordo com os dados do Caged).

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN-AGO (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2003	2004
Contribuição	4,93%	5,26%
Benefícios	6,42%	6,83%
Resultado Primário	-1,49%	-1,57%

A arrecadação líquida atingiu o montante de R\$ 7,6 bilhões, apresentando aumento de 1,0% em relação ao mês anterior. Porém, esse acréscimo foi suplantado pelo incremento nas despesas com benefícios previdenciários, as quais apresentaram acréscimo de 3,9%, totalizando R\$ 10,2 bilhões.

**TABELA 2
RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2003-2004**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões			
	JUL	AGO	JAN-AGO	
	2004	2004	2003	2004
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	7.509,3	7.583,4	48.295,1	57.567,6
Arrecadação Bruta	8.095,7	8.215,7	52.424,8	62.557,5
- Contribuição Previdenciária	7.549,7	7.690,2	49.177,0	57.965,4
- Simples	357,9	379,0	2.081,6	2.667,3
- CDP	0,0	0,0	0,0	0,2
- CFT	48,4	24,7	258,1	508,2
- Depósitos Judiciais	90,9	56,7	607,1	1.048,4
- Refis	33,8	36,1	220,4	240,9
- Outras Receitas	15,2	28,9	80,8	127,2
(-) Restituição/Devolução	-19,8	-25,6	-239,1	-184,1
(-) Transferências a Terceiros	-566,7	-606,7	-3.890,6	-4.805,8
II. BENEFÍCIOS TOTAIS	9.773,9	10.154,0	62.919,6	74.715,5
Benefícios Previdenciários	9.773,9	10.154,0	61.774,7	74.715,5
Renda Mensal Vitalícia (RMV)	0,0	0,0	1.144,9	0,0
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-2.264,7	-2.570,6	-14.624,4	-17.147,9
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			-1,49%	-1,57%

Em agosto, o déficit da Previdência Social foi de R\$ 2,6 bilhões, sendo 13,5% superior ao mês anterior.

Até agosto, a arrecadação líquida atingiu R\$ 57,6 bilhões, representando acréscimo nominal de 19,2% em relação à verificada em 2003. A arrecadação correspondeu a 5,26% do PIB no acumulado de 2004, apresentando aumento de 0,33 ponto percentual quando comparada a igual período de 2003. Ressalta-se a trajetória de crescimento em 2004 do nível de emprego medido pelo Caged, que apresentou crescimento de 6,3% em relação a 2003.

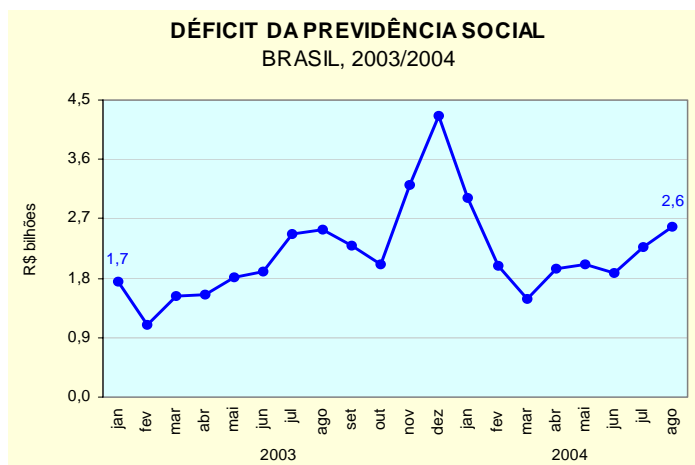
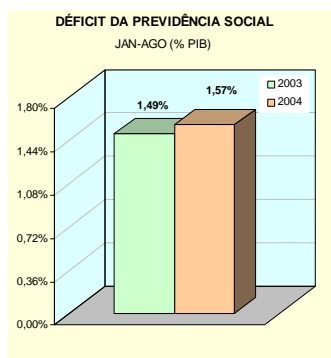
As despesas com benefícios previdenciários totalizaram R\$ 74,7 bilhões no acumulado do ano, superando em R\$ 11,8 bilhões o montante observado no mesmo período de 2003. Em relação ao PIB, essas despesas apresentaram aumento da ordem de 0,41 ponto percentual. Tal comportamento decorre ainda dos efeitos da inflação de 2002, refletida nos aumentos dos valores dos benefícios em 2003 e, crescentemente, do aumento na quantidade de benefícios pagos. Este aumento autônomo tem sido da ordem de 4,3% anual, representando acréscimo de 920,8 mil benefícios na quantidade média mensal.

A média mensal do estoque de benefícios no período de janeiro a agosto de 2004, comparativamente ao mesmo período de 2003, apresentou os seguintes incrementos: i) 399,7 mil (3,4%) nas aposentadorias; ii) 282,9 mil (31,7%) nos auxílios – doença; iii) 149,9 (2,8%) nas pensões por morte; iv) 164,9 mil (7,2%) nos benefícios assistenciais; e v) 20,9 mil (2,9%) nos benefícios acidentários. Houve queda no número de benefícios identificados de salário maternidade (100,9 mil benefícios a menos), explicada pela mudança na legislação previdenciária introduzida pela Lei nº 10.710/2003, que restabeleceu, a partir de setembro

BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA BRASIL, MÉDIA JAN-AGO			
DISCRIMINAÇÃO	2003	2004	%
Quantidade*	21,3	22,2	4,3%
Valor médio**	378,4	430,2	13,7%

(*) em milhões
(**) em R\$ 1,00

daquele ano, o pagamento do salário-maternidade pela empresa e não mais pela Previdência Social, salvo no caso da trabalhadora avulsa. Manteve-se a tendência, já registrada no passado, de forte crescimento no nível de pagamento de auxílios-doença, que vem ocorrendo há vários semestres.



Considerando o acumulado entre janeiro e agosto de 2004, o RGPS registrou déficit primário de cerca de R\$ 17,1 bilhões, apresentando elevação nominal de 17,3% em relação a idêntico período de 2003. Como proporção do PIB estimado, o déficit situou-se 0,08 ponto percentual acima daquele observado no período de 2003 (1,57% do PIB e 1,49% do PIB, respectivamente).

DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

Em agosto, a dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do público totalizou R\$ 381,3 bilhões, equivalentes a 23,9% do PIB dos últimos doze meses em valores correntes. Em relação a julho, o saldo da dívida apresentou redução de R\$ 1,8 bilhão, equivalente a 0,11 ponto percentual do PIB.

TABELA 3
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2003/2004

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2003 AGO	2004 JUL	2004 AGO
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	143.872	160.395	165.970
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	663.167	739.004	745.544
Dívida Contratual da STN	-394.230	-433.666	-434.154
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-125.065	-144.943	-145.421
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	216.555	222.670	215.289
Dívida Mobiliária em Poder do Público	166.862	175.446	170.452
Títulos Depositados em Garantia	-5.202	-3.893	-3.960
Dívida Contratual	55.869	51.474	49.110
Disponibilidades	-974	-357	-312
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	360.427	383.064	381.259
IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB	24,6%	24,0%	23,9%

(1) Inclui Dívida Securitizada, Dívida Agrícola e TDA.

Em agosto, a dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do público totalizou R\$ 381,3 bilhões (23,9% do PIB), inferior em R\$ 1,8 bilhão ao valor de julho. Essa queda decorreu da apreciação cambial e dos resgates líquidos da dívida mobiliária interna.

A redução do estoque da dívida líquida total está associada principalmente à apreciação cambial de 3,07% frente ao dólar, observada no mês de agosto. A apreciação cambial reduz o valor da dívida externa, expressa em moeda nacional, e o montante da apropriação dos juros nominais sobre os títulos da dívida interna atrelados ao dólar.

A dívida interna líquida, por seu lado, apresentou aumento da ordem de 0,24 ponto percentual do PIB, resultante em parte da redução dos haveres do Tesouro representados pela dívida contratual interna (e.g., contra os Estados) como proporção do PIB e da acumulação de juros sobre a dívida mobiliária.

Dívida Interna Líquida

TABELA 4
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2003/2004

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2003 AGO	2004 JUL AGO	
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	143.872	160.395	165.970
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO	663.167	739.004	745.544
LFT	438.867	436.970	430.126
LTN	51.588	113.756	125.601
NTN-C	54.281	72.781	74.821
NTN-D	34.510	21.484	20.891
Demais	60.303	72.509	72.251
Dívida Securitizada	21.559	19.331	19.466
TDA	2.057	2.172	2.388
DÍVIDA CONTRATUAL	-519.295	-578.609	-579.574
<i>Tesouro Nacional</i>	-394.230	-433.666	-434.154
Dívida Bancária	25.624	25.466	25.442
Lei nº 7.976/89	-10.500	-9.095	-8.820
Lei nº 8.727/93	-47.561	-47.912	-47.959
Lei nº 9.496/97	-204.622	-230.669	-233.702
Renegociação Dívida Municipais	-30.019	-33.834	-34.364
Demais Haveres da STN	-127.151	-137.623	-134.751
<i>Fundos, Autarquias e Fundações</i>	-125.065	-144.943	-145.421
FAT	-86.233	-100.787	-100.745
Demais Entidades	-38.831	-44.156	-44.676
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO/PIB	45,3%	45,8%	45,8%
DÍVIDA CONTRATUAL TOTAL/PIB	-35,5%	-35,9%	-35,6%
DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACIONAL/PIB	-26,9%	-26,9%	-26,7%
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA/PIB	9,8%	9,9%	10,2%

Em agosto, a Dívida Pública Mobiliária Federal interna em poder do público manteve-se no mesmo nível do mês anterior, de 45,8% do PIB corrente.

Emissões e Resgates

Boxe 1 – Tesouro Direto

A venda de títulos do Tesouro Nacional por meio do programa Tesouro Direto atingiu o montante de R\$ 30,0 milhões em agosto, sendo que os títulos indexados a índices de preços foram responsáveis por 55,7% do volume vendido.

O número de investidores cadastrados apresentou aumento, alcançando 28 mil pessoas.

O programa tem crescido de maneira orgânica, sem maior apoio publicitário ou promocional, salvo pela presença recente na *Expo Money*, realizada nos dias 1º e 2 de setembro, no Rio de Janeiro.

O Tesouro Nacional, em agosto, emitiu R\$ 19,1 bilhões em títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi) do Tesouro Nacional ao mercado, incluindo ofertas públicas, emissões diretas e o programa Tesouro Direto. Os resgates no referido mês situaram-se em R\$ 21,4 bilhões.

As emissões realizadas por meio de oferta pública totalizaram R\$ 18,9 bilhões, distribuídos da seguinte forma: i) R\$ 10,3 bilhões em LTN, com vencimentos em abril de 2005 e janeiro de 2006; ii) R\$ 7,7 bilhões em LFT, com vencimentos em agosto de 2005, maio de 2006 e março de 2007; iii) R\$ 887,6 milhões em NTN-C com vencimentos em abril de 2008, julho de 2017 e janeiro de 2031; e iv) R\$ 11,5 milhões em NTN-B, com vencimentos em maio de 2009 e 2015.

As emissões diretas da DPMFi totalizaram R\$ 174,2 milhões. Deste total, merece destaque a emissão de: i) R\$ 130,4 milhões em TDA por solicitação do INCRA, para indenização de desapropriações para a reforma agrária; ii) R\$ 10,5 milhões em CFT-EI para o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies); e iii) R\$ 9,2 milhões em CVS para novação de dívidas com o Banco de Brasília S.A.

TABELA 5
EMISSÕES E RESGATES DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, AGO/2004

R\$ milhões				
FATOS	OFERTAS PÚBLICAS	EMISSÕES DIRETAS	TESOURO DIRETO	TOTAL
I. EMISSÕES	18.870,8	174,2	30,0	19.075,0
LFT	7.678,3	0,0	3,2	7.681,5
LTN	10.293,3	0,0	7,4	10.300,7
NTN-B	11,6	0,0	1,0	12,6
NTN-C	887,6	0,0	15,8	903,4
NTN-F	0,0	0,0	2,6	2,6
TDA	0,0	130,4	0,0	130,4
Securitizada*	0,0	9,2	0,0	9,2
Demais	0,0	34,6	0,0	34,6
II. RESGATES**	20.801,6	581,0	8,4	21.391,1
LFT	20.213,2	0,0	0,9	20.214,2
LTN	0,0	0,0	1,9	1,9
NTN-B	229,5	0,0	0,4	229,8
NTN-C	358,9	0,0	5,0	363,9
NTN-D	0,0	128,7	0,0	128,7
NTN-F	0,0	0,0	0,2	0,2
TDA	0,0	32,3	0,0	32,3
Securitizada*	0,0	85,0	0,0	85,0
Demais	0,0	335,0	0,0	335,0
III. VALOR LÍQUIDO (I-II)	-1.930,8	-406,8	21,6	-2.316,0

* Inclui dívida agrícola.

** Correspondem aos pagamentos e cancelamentos. O montante relativo aos resgates em ofertas públicas dos títulos LFT e NTN-D inclui os resgates de títulos emitidos por meio de colocação direta.

As emissões de LTN em agosto totalizaram R\$ 10,3 bilhões, o que correspondeu a 54,5% das emissões totais por oferta pública.

As emissões realizadas por meio do programa Tesouro Direto totalizaram R\$ 30,0 milhões, distribuídos da seguinte forma: i) R\$ 15,8 milhões em NTN-C com vencimentos em dezembro de 2005, abril de 2008 e 2021, março de 2011, julho de 2017 e janeiro de 2031; ii) R\$ 7,4 milhões em LTN, com vencimentos em abril e julho de 2005 e janeiro de 2006; iii) R\$ 3,2 milhões em LFT, com vencimentos em fevereiro de 2005, janeiro de 2006 e janeiro de 2007; iv) R\$ 2,6 milhões em NTN-F, com vencimento em janeiro de 2008; e v) R\$ 1,0 milhão em NTN-B, com vencimentos em agosto de 2006, maio de 2009 e 2015 e agosto de 2024.

Do total dos resgates realizados em agosto, R\$ 20,6 bilhões corresponderam ao pagamento de principal e juros, principalmente relacionados às LFT (R\$ 19,7 bilhões) e NTN-B (R\$ 229,8 milhões). Os cancelamentos totalizaram R\$ 775,1 milhões, dentre os quais se destacaram R\$ 532,7 milhões em LFT, R\$ 207,6 milhões em NTN-C e R\$ 34,7 milhões em títulos da dívida securitizada, todos aceitos no leilão de NTN-C.

No que tange à composição da DPMFi, merece destaque o aumento na participação dos títulos prefixados para 17,1% em agosto, contra 15,7% em julho, em virtude da emissão líquida de LTN no valor de R\$ 10,3 bilhões. Alcançou-se, assim, um aumento da participação das LTN na dívida total da ordem de 9,28 pontos percentuais em relação a agosto de 2003. Destaca-se, também, a redução na participação dos títulos remunerados pela taxa selic em

Composição

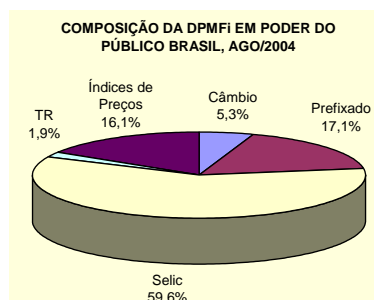
1,45 ponto percentual devido ao resgate líquido de LFT no valor de R\$ 12,5 bilhões. Comparado com agosto de 2003, a participação percentual dos títulos indexados à selic diminuiu mais de 9 pontos percentuais.

Em agosto, os títulos prefixados aumentaram sua participação na DPMFi em 1,46 ponto percentual frente à participação do mês anterior. Comparado a agosto de 2003, esse aumento fez 9,28 pontos percentuais.

TABELA 6
COMPOSIÇÃO DA DPMFI DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO POR TIPO DE RENTABILIDADE*
BRASIL, 2003/2004

INDEXADOR	2003			2004		
	AGO	JUL	AGO	AGO	JUL	AGO
Selic	68,96	61,04	59,59			
Câmbio	8,04	5,47	5,27			
Prefixados	7,86	15,68	17,14			
Índices de Preços	13,33	15,97	16,14			
TR	1,81	1,84	1,86			
Outros	0,00	0,00	0,00			

* Não inclui dívida agrícola.



Custo Médio

O custo médio da DPMFi em poder do público apresentou decréscimo, ao passar de 15,04% a.a. em julho, para 14,55% a.a. em agosto. Os principais fatores responsáveis por este comportamento foram: i) apreciação do câmbio, que apresentou variação de -3,07% em agosto em contrapartida à variação de -2,60% em julho, reduzindo o custo da NTN-D em 4,52 pontos percentuais; ii) menor variação do IGP-M (1,22% em agosto contra 1,31% em julho) que reduziu o custo da NTN-C em 1,35 ponto percentual; e iii) menor variação do IPCA, que passou de 0,91% em julho para 0,69% em agosto, reduzindo o custo da NTN-B em 2,9 ponto percentual. Excluindo-se os títulos cambiais, o custo médio da DPMFi também apresentou redução, atingindo 17,24% a.a. em agosto, contra 17,57% a.a. em julho, devido principalmente às menores variações do IGP-M e do IPCA citadas anteriormente.

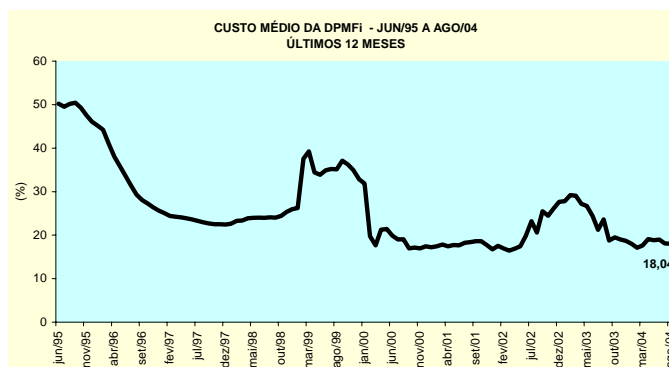
TABELA 7
CUSTO MÉDIO ANUALIZADO DA DPMFI DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2000/2004

PERÍODO	2000		2001		2002		2003		2004	
	TOTAL (1)	TOTAL (2)	TOTAL (1)	TOTAL (2)	TOTAL (1)	TOTAL (2)	TOTAL (1)	TOTAL (2)	TOTAL (1)	TOTAL (2)
2000	17,45	17,84								
2001	17,00	16,79								
2002	21,00	27,62								
2003			21,88	20,85	21,17	18,55	18,69	15,74	18,57	21,32
			17,33	14,80	22,91	18,41	17,67	18,78	17,66	16,20
2004					17,36	16,64	17,61	18,61	17,13	21,97
					17,43	16,60	17,57	15,04	17,24	14,55

(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio
(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio

Em relação ao custo médio da DPMFi acumulado nos últimos 12 meses, verificou-se pequena redução deste indicador em relação ao mês anterior, passando de 18,08% a.a. para 18,04% a.a. em agosto. Em relação ao custo médio acumulado em 2003, a queda foi de 5,6 pontos percentuais, explicada pela redução dos juros e estabilidade cambial em relação àquele período.

O custo médio da DPMFi acumulado em 12 meses atingiu 18,04% em agosto, inferior em 0,04 ponto percentual ao valor do mês anterior. Em relação a agosto de 2003 essa redução atingiu 5,60 pontos percentuais.



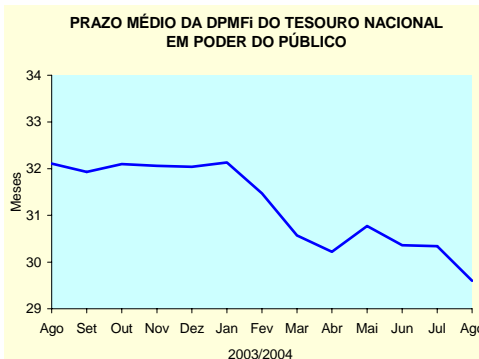
No que diz respeito ao prazo médio da DPMFi em poder do público, observou-se ligeira redução deste indicador em 0,74 meses (29,60 meses em agosto contra 30,34 meses em julho). Esta redução foi parcialmente compensada pela emissão de LTN com prazo de 7,92 meses, superior ao prazo médio do estoque destes títulos no mês anterior (6,64 meses).

Prazo Médio

TABELA 8
PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2003/2004

PERÍODO		TOTAL	OF. PUB. (1)
2003	Ago	32,11	23,54
	Set	31,93	23,51
	Out	32,10	24,14
	Nov	32,06	24,15
	Dez	32,04	24,50
2004	Jan	32,13	24,79
	Fev	31,47	24,17
	Mar	30,57	23,37
	Abr	30,22	22,69
	Mai	30,77	23,57
	Jun	30,36	23,24
	Jul	30,34	23,23
	Ago	29,60	22,42

(1) Títulos emitidos por meio de Oferta Pública



PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2003/2004

TÍTULOS	Meses		
	2003 AGO	2004 JUL	2004 AGO
LTN	6,76	6,64	5,73
LFT	22,20	19,24	18,89
NTN-B	155,30	103,56	103,33
NTN-C	66,42	71,41	70,26
NTN-D	14,67	11,33	10,34
TDA	55,47	60,30	63,01
Dívida Securitizada*	52,79	60,43	59,48
Demais	115,92	100,83	99,60
TOTAL	32,11	30,34	29,60

(*) Inclui dívida agrícola.

O estoque da Dívida Pública Federal externa (DPFe) apresentou decréscimo de 3,31% em agosto, quando medido em moeda nacional. Esta queda foi determinada principalmente pela apreciação cambial. Na moeda norte-americana, o saldo devedor sofreu um pequeno decréscimo de 0,17%.

Dívida Externa Líquida

TABELA 9
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2003/2004

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2003 AGO	2004 JUL	2004 AGO
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	166.861,8	175.445,7	170.452,2
Bônus de Renegociação	49.810,4	46.606,5	45.174,5
Bônus de Captação	117.051,4	128.839,2	125.277,7
II. DÍVIDA CONTRATUAL	55.869,2	51.473,9	49.110,1
Organismos Multilaterais	31.340,0	29.486,0	27.697,2
Bancos Privados/Ag. Governamentais	9.559,4	9.640,2	9.324,6
Clube de Paris	14.969,8	12.347,6	12.088,4
DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA - DPFe (I + II)	222.730,9	226.919,6	219.562,3
III. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-5.201,9	-3.893,3	-3.960,4
IV. DISP. FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-974,0	-356,7	-312,4
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA (I + II + III + IV)	216.555,0	222.669,5	215.289,5
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA/PIB	14,8%	13,8%	13,2%

A Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional encerrou o mês de agosto em R\$ 215,3 bilhões, com redução de 0,6 ponto percentual do PIB em relação ao mês anterior.

O serviço da DPFe em agosto totalizou R\$ 1,3 bilhão, dos quais R\$ 1,1 bilhão referem-se ao pagamento de juros e encargos e R\$ 157,9 milhões ao pagamento de principal. Do total despendido no mês, a maior parte (R\$ 1,0 bilhão) referiu-se aos pagamentos de juros e encargos da dívida mobiliária.

Boxe 2 – República realiza emissões em euros no mercado europeu

O Brasil realizou, no último dia 8 de setembro, emissão de um novo título no mercado europeu, o Euro 2012, no montante de EUR 750 milhões. Esta operação significou o retorno do País a este mercado, onde a última emissão soberana brasileira havia se dado em abril de 2002.

A aceitação do mercado ao título foi extremamente satisfatória, tendo se refletido na ampliação da oferta inicialmente prevista – EUR 500 milhões – e na remuneração oferecida pelo bônus, que ficou 5 pontos básicos abaixo do piso adotado como parâmetro. Destaca-se, também, que esta operação, além de viabilizar o retorno do Brasil a este importante mercado, contribuiu para a diversificação da moeda de referência dos bônus emitidos no exterior.

O Euro 2012 pagará cupom anual de 8,50% a.a., tendo sido emitido a 98,881% do seu valor de face, o que resulta em um retorno fixo ao investidor de 8,70% a.a.. O spread da operação ficou em 477 pontos básicos acima dos títulos de referência do Tesouro Alemão. Estes números indicam melhora significativa dos resultados obtidos comparativamente à última colocação em euros, quando foram emitidos EUR 500 milhões com prazo de 7 anos, tendo a taxa de retorno ao investidor ficado em 11,55% a.a. e o spread, em 646 pontos básicos.

Com esta emissão, o volume captado no mercado internacional em 2004 alcança praticamente US\$ 5,5 bilhões – considerando-se a captação antecipada de US\$ 1,5 bilhão, em outubro de 2003 – completando, assim, o volume programado de emissões para este ano.

As despesas com principal, juros e encargos da dívida externa foram de R\$ 1,3 bilhão em agosto.

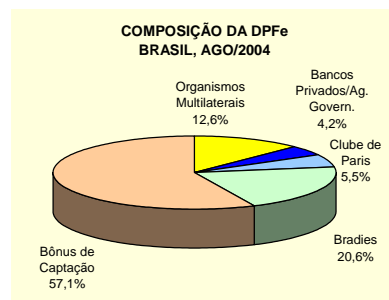
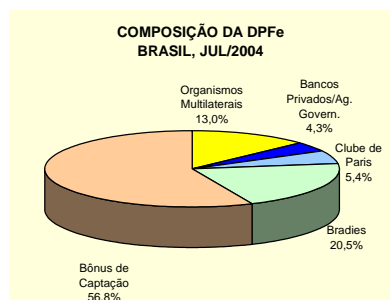
TABELA 10
EXECUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA (DPFe)
BRASIL, AGO/2004

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	PRINCIPAL	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
I. ENCARGOS TOTAIS	157,92	1.116,25	1.274,17
I.1. Organismos Multilaterais	56,87	53,92	110,79
I.2. Bancos Privados/Ag Gov	101,03	9,06	110,10
I.3. Clube de Paris	0,00	0,00	0,00
I.4. Dívida Mobiliária	0,01	1.053,27	1.053,28
GLOBAL 2011	0,00	191,19	191,19
GLOBAL 2040	0,00	862,08	862,08
ROTHSCHILD (DL6019)	0,01	0,01	0,02

Composição

Em agosto, destaca-se o aumento da participação dos Bônus de Captação no total da DPFe em 0,28 ponto percentual, devido à valorização das demais moedas em relação ao dólar.

A participação dos Bônus de Captação no total dos títulos da Dívida Pública Federal Externa foi de 57,1% em agosto.



O prazo médio da Dívida Pública Mobiliária Federal externa sofreu um pequeno decréscimo, passando de 6,12 anos em julho para 6,08 anos em agosto. Este movimento deveu-se à aproximação das datas de vencimento dos títulos em um mês sem emissões ou grandes pagamentos.

Prazo e Custo Médios

O custo médio em dólares permaneceu inalterado em 8,82% a.a. entre julho e agosto.

TABELA 11
CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA
MOBILIÁRIA EXTERNA
BRASIL, 2003/2004

DISCRIMINAÇÃO	2003		2004
	AGO	JUL	AGO
PRAZO MÉDIO (ANOS)	6,22	6,12	6,08
Bônus de Renegociação	5,81	5,51	5,42
Bônus de Captação	6,39	6,34	6,31
Globais	7,19	7,34	7,34
Euros	3,67	3,06	2,97
Demais	3,20	2,45	2,36
CUSTO MÉDIO (% a.a.) *	8,90	8,82	8,82
Bônus de Renegociação	4,86	4,95	4,95
Bônus de Captação	10,61	10,22	10,22
Globais	12,46	10,51	10,51
Euros	10,28	10,28	10,28
Demais	6,02	6,05	6,05

* Custo Médio em dólares.

Em agosto, a Dívida Pública Mobiliária Federal externa do Tesouro Nacional apresentou custo médio de 8,82% a.a. e prazo médio de 6,08 anos.

Anexos

a) Lista de Abreviaturas

b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Execução Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional

Tabela A3 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

Tabela A4 – Operações Oficiais de Crédito

c) Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A5 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional (em mercado)

Tabela A6 – Dívida Externa do Tesouro Nacional

Tabela A7 – Dívida Pública Mobiliária Federal

Tabela A8 – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

d) Boletins de Transferências para Estados e Municípios

Boletim FPE/FPM

Boletim Fundef

LISTA DE ABREVIATURAS

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FPE – Fundo de Participação de Estados
FPM – Fundo de Participação de Municípios
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia

Abreviaturas mais comuns da Dívida Líquida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)
CVS – título representativo da dívida do FCVS
DPFe – Dívida Pública Federal Externa
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)
LTN – Letras do Tesouro Nacional
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)
PAF – Plano Anual de Financiamento
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TR – Taxa Referencial

TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)

R\$ milhões

	Ago/2003	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2004
I. RECEITA TOTAL	28.331,9	28.203,6	31.846,2	29.959,5	37.143,2	34.766,5	31.615,1	33.132,1	35.054,9	33.119,6	33.622,6	35.129,3	33.662,8
I.1. Receitas do Tesouro	21.714,5	21.559,9	24.795,5	23.314,5	24.720,4	28.842,6	24.412,7	25.889,4	27.765,5	25.756,8	25.624,0	27.526,4	25.985,5
I.1.1 Receita Bruta	22.351,5	22.580,6	26.563,0	25.576,5	27.015,0	29.412,2	24.742,2	26.641,8	28.448,5	26.627,1	28.027,8	29.432,7	27.526,5
- Impostos	8.721,6	9.583,7	11.405,0	11.405,0	12.055,1	12.694,1	10.236,2	11.218,7	12.531,7	10.111,3	11.093,0	12.011,4	10.938,8
- Contribuições	10.256,3	10.795,2	12.166,1	12.346,2	13.098,5	13.803,8	11.626,2	12.212,3	12.528,1	13.362,0	14.228,4	13.732,3	13.821,2
- Demais	3.373,6	2.201,7	2.991,9	1.825,3	1.861,4	2.914,4	2.879,9	3.210,8	3.388,8	3.153,8	2.706,4	3.689,0	2.766,5
I.1.2. (-) Restituições	-637,0	-1.020,7	-1.767,5	-2.262,1	-2.104,6	-569,6	-329,5	-752,4	-683,1	-870,3	-2.403,9	-1.906,4	-1.541,0
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	-190,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	6.534,5	6.603,4	6.965,5	6.568,5	12.297,6	5.850,0	7.112,8	7.138,2	7.198,2	7.275,8	7.899,9	7.509,3	7.583,4
I.3. Receitas do Banco Central	82,8	40,2	85,2	76,6	125,3	73,9	89,6	104,5	91,2	87,0	98,7	93,7	94,0
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	5.068,6	4.306,2	4.429,0	5.391,2	4.933,4	5.482,3	6.220,1	4.930,8	5.430,1	6.602,3	4.210,9	5.316,6	6.033,5
II.1. Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	3.896,7	3.386,2	3.522,1	3.909,3	4.081,3	4.433,7	4.843,3	3.938,9	4.357,9	5.041,6	3.331,5	3.470,2	4.467,5
II.2. Lei Complementar 87/ Fundo de Compensação de Exportações (1)	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9	283,3	283,3	283,3	283,3	283,3	283,3	808,3	358,3
II.3. Transferências da Cide	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	404,2	1,1	8,7	254,8	2,6
II.4. Demais	906,0	654,0	641,0	1.215,9	586,2	765,2	1.093,5	708,6	384,8	1.276,2	587,3	783,2	1.205,1
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	23.263,3	23.897,4	27.417,3	24.568,4	32.209,8	29.284,2	25.395,0	28.201,4	29.624,8	26.517,3	29.411,8	29.812,7	27.629,2
IV. DESPESA TOTAL	20.566,7	20.133,3	23.089,8	22.206,3	38.167,9	22.197,8	21.137,3	22.029,3	22.198,6	22.784,2	23.738,4	26.222,2	23.838,2
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	5.821,1	5.926,0	5.928,4	6.503,5	9.098,0	7.606,1	6.417,0	6.625,1	6.076,9	6.322,1	6.888,8	7.913,6	6.150,7
IV.2. Benefícios Previdenciários	9.069,7	8.906,1	8.966,1	9.790,2	16.552,8	8.856,8	9.090,1	8.628,4	9.144,6	9.278,7	9.789,1	9.773,9	10.154,0
IV.3. Custeio e Capital	5.524,1	5.195,3	8.050,4	5.773,0	12.359,3	5.620,2	5.457,1	6.625,5	6.832,7	7.024,6	6.883,9	8.375,6	7.364,6
IV.3.1. Despesa do FAT	1.235,8	447,7	1.416,5	486,0	719,0	604,3	616,3	660,0	598,0	809,1	648,3	1.193,6	1.007,4
- Abono e Seguro Desemprego	1.179,8	412,1	1.371,6	426,6	649,5	601,3	593,1	620,3	569,6	780,6	621,4	1.159,3	962,0
- Demais Despesas do FAT	56,0	35,7	44,9	59,4	69,4	3,0	23,2	39,6	28,4	28,5	26,9	34,3	45,3
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	234,9	313,5	1.329,6	206,7	2.598,2	237,1	326,2	433,1	161,7	309,5	9,8	390,2	526,6
- Operações Oficiais de Crédito	145,4	214,4	1.246,7	86,7	2.485,1	143,8	226,6	313,9	52,1	74,4	63,3	305,5	440,2
- Subvenções aos Fundos Regionais	89,5	99,1	82,9	120,0	113,1	93,4	100,6	119,2	109,6	235,2	-53,5	84,6	86,4
IV.3.3. LOAS/RMV (2)	400,7	405,7	408,5	409,2	389,6	493,5	601,1	531,0	734,5	742,1	803,9	806,1	667,8
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	3.652,7	4.028,3	4.895,7	4.671,0	8.652,5	4.285,2	3.913,5	5.001,4	5.338,5	5.163,9	5.421,9	5.985,8	5.162,9
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	49,6	7,4	46,2	36,4	56,9	37,1	48,0	49,6	48,1	45,8	50,9	47,3	45,4
IV.5. Despesas do Banco Central	102,2	98,4	98,6	103,3	100,9	77,7	125,2	100,6	96,4	113,1	125,7	111,8	123,5
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV+V)	2.696,5	3.764,1	4.327,5	2.362,1	-5.958,1	7.086,4	4.257,7	6.172,1	7.426,2	3.733,1	5.673,4	3.590,4	3.791,1
V.1. Tesouro Nacional	5.251,2	6.125,0	6.341,5	5.610,5	-1.727,3	10.097,0	6.270,6	7.658,4	9.377,7	5.762,0	7.589,4	5.873,2	6.391,2
V.2. Previdência Social (RGPS) (3)	-2.535,2	-2.302,7	-2.000,6	-3.221,7	-4.255,2	-3.006,8	-1.977,3	-1.490,2	-1.946,3	-2.002,8	-1.889,1	-2.264,7	-2.570,6
V.3. Banco Central (4)	-19,4	-58,2	-13,4	-26,7	24,4	-3,8	-35,6	3,9	-5,2	-26,1	-27,0	-18,1	-29,5
VI. AJUSTE METODOLÓGICO (5)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	60,2	174,0	354,4	464,0	395,4	307,3	365,5	228,0
VII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-95,8	317,4	382,8	-179,3	-1.552,6	31,9	406,6	-564,6	-328,9	563,6	-626,6	91,3	nd
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (6)	2.600,7	4.081,5	4.710,3	2.182,8	-7.510,7	7.178,5	4.838,3	5.961,9	7.561,3	4.692,2	5.354,0	4.047,2	nd
IX. JUROS NOMINAIS (6)	-11.392,3	-7.186,1	-3.553,0	-9.846,0	-4.019,7	-9.089,8	-5.687,3	-5.759,4	-6.874,3	-9.548,8	-5.023,5	-4.775,3	nd
X. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (6)	-8.791,6	-3.104,6	1.157,4	-7.663,2	-11.530,4	-1.911,3	-848,9	202,5	687,0	-4.856,6	330,5	-728,1	nd
Memo:													
RMV em R\$ mi	152,2	151,1	149,8	66,6	146,8	145,5	144,4	142,0	142,0	140,2	151,1	146,1	149,9

(*) Dados revisitos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) A partir de janeiro de 2004 as transferências a estados e municípios associadas à Lei Complementar 87/1996 passaram a ser denominadas Fundo de Compensação das Exportações. resultado da Previdência Social.

(3) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários.

(4) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

(5) Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

(6) Pelo critério "abaixo-da-linha", com desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

TABELA A2 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL (*)

R\$ milhões

	Ago/2003	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2004
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	29.749,9	29.613,7	30.492,9	33.122,3	43.722,8	28.239,0	33.289,1	34.340,0	35.426,8	36.899,3	33.524,9	34.411,0	36.785,8
I.1 - Recolhimento Bruto	21.293,5	20.735,4	21.441,2	24.680,5	29.313,2	20.344,4	24.241,0	24.941,2	25.378,3	27.451,9	23.259,5	24.675,7	27.259,0
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	-190,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.107,2	1.553,3	1.222,7	1.032,3	1.230,3	906,1	1.039,7	1.315,1	1.908,2	1.120,6	1.124,2	1.161,7	1.037,0
I.4 - Receita das Operações de Crédito	157,1	53,5	63,7	80,9	111,6	144,4	193,9	237,5	242,9	264,2	166,6	243,4	90,8
I.5 - Receita do Salário Educação	153,9	164,3	167,8	181,7	162,8	315,5	147,5	184,5	176,7	168,2	179,7	181,8	191,8
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	7.033,8	7.097,2	7.586,0	7.121,1	13.054,5	6.515,9	7.664,8	7.659,4	7.717,8	7.891,8	8.792,0	8.137,1	8.197,4
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	4,4	9,9	11,6	25,9	40,4	12,7	2,2	2,3	2,9	2,6	2,9	11,3	9,8
II. DESPESAS	29.531,8	33.259,3	30.658,8	29.289,6	49.745,8	33.024,5	27.274,3	33.871,2	28.697,8	35.234,0	29.867,1	34.146,3	35.003,6
II.1 - Liberações Vinculadas	6.310,3	5.184,8	5.556,6	6.543,4	5.838,4	7.148,1	7.547,0	5.883,3	6.763,1	6.742,2	5.478,7	6.626,9	7.555,8
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	4.152,5	3.608,2	3.751,5	4.118,6	4.256,7	4.862,9	5.162,6	4.197,3	4.642,6	5.373,2	3.546,7	3.694,0	4.758,7
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	723,7	306,6	403,4	889,0	309,8	316,2	865,8	308,5	695,3	913,7	325,9	627,3	998,2
II.1.3 - Transferência da Lei Complementar 87	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9	283,3	283,3	283,3	283,3	283,3	283,3	808,3	358,3
II.1.4 - Outras Vinculações	1.168,1	1.004,0	1.135,7	1.269,9	1.006,0	1.685,7	1.235,3	1.094,1	1.141,9	172,0	1.322,7	1.497,3	1.440,7
II.2 - Liberações Ordinárias	23.221,5	28.074,5	25.102,2	22.746,2	43.907,4	25.876,4	19.727,2	27.987,9	21.934,7	28.491,8	24.388,4	27.519,4	27.447,8
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	5.651,3	5.983,1	6.047,1	8.648,2	7.504,7	7.564,9	6.519,5	6.336,1	6.205,9	6.660,0	7.952,3	6.482,6	6.938,1
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	1.709,2	4.168,5	2.569,8	186,4	5.199,6	2.133,4	212,3	269,1	146,3	381,1	409,7	2.279,0	1.168,4
i) Dívida Contratual Interna	104,0	112,3	373,3	109,7	397,5	109,6	121,2	115,8	129,1	101,7	109,4	111,3	108,0
ii) Dívida Contratual Externa	1.605,3	4.056,1	2.196,6	76,7	4.802,2	2.023,8	91,1	153,3	17,2	279,4	300,2	2.167,7	1.060,4
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	2.692,9	3.435,5	2.628,7	53,0	3.552,8	2.662,2	1.203,3	3.434,3	617,3	6.076,8	239,6	2.328,3	3.209,4
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	8.826,5	9.849,9	8.648,9	9.692,7	19.733,5	9.464,9	6.509,8	12.167,8	8.184,0	9.600,1	9.674,4	9.503,1	9.832,2
II.2.5 - Custeio e Investimento	4.050,5	4.371,9	4.319,1	3.712,8	6.757,8	3.822,7	4.978,7	5.563,2	6.622,3	5.569,2	5.885,4	6.495,9	5.877,1
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	291,1	265,6	888,5	453,2	1.159,0	228,2	303,5	217,6	158,9	204,6	227,1	430,5	422,5
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	218,2	-3.645,6	-165,9	3.832,8	-6.023,0	-4.785,5	6.014,8	468,8	6.729,0	1.665,3	3.657,8	264,7	1.782,2
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	20.996,8	27.795,7	36.612,6	10.810,9	20.221,5	26.841,4	10.678,7	19.213,5	23.712,7	8.443,3	23.782,4	29.558,7	19.280,6
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	19.437,9	27.373,5	35.437,8	10.406,9	14.756,6	26.219,8	9.662,3	18.381,9	21.604,6	7.342,8	23.065,4	28.433,9	18.156,8
IV.2 - Outras Operações de Crédito	1.558,9	422,2	1.174,7	404,0	5.464,8	621,6	1.016,4	831,5	2.108,1	1.100,5	717,0	1.124,8	1.123,8
V. DESPESAS	22.502,4	26.846,8	13.904,0	23.853,9	27.512,6	23.225,2	8.920,2	25.347,6	3.856,8	34.332,8	20.161,4	29.375,9	18.959,5
V.1 - Amortização da Dívida Interna	19.170,1	25.929,8	10.910,8	18.175,2	20.417,7	22.161,7	9.693,7	24.969,7	2.956,7	33.879,2	16.658,9	27.213,4	18.010,9
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	19.075,5	25.828,3	10.337,8	18.076,7	19.125,7	22.061,6	9.587,3	24.861,6	2.821,5	33.781,9	16.541,1	27.126,6	17.918,1
V.1.2 - Dívida Contratual	94,7	101,5	573,0	98,5	1.292,0	100,0	106,3	108,1	135,2	97,3	117,9	86,8	92,7
V.2 - Amortização da Dívida Externa	3.332,3	917,0	2.993,2	5.678,7	7.094,9	1.063,5	-773,5	377,9	900,2	453,6	3.502,4	2.162,5	948,7
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	362,5	1.545,2	25.100,0	-7.669,8	-4.369,0	4.158,2	75,0	-6.479,7	18.783,1	-26.439,1	6.524,3	1.307,3	238,7
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	1.331,7	-9.169,9	4.493,4	-6.516,3	-25.543,0	-9.353,1	12.296,6	-17.540,6	12.012,7	5.058,0	6.394,9	-2.478,1	-19,6
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)	44,3	-11.866,6	27.036,1	-15.726,5	-38.857,1	-10.522,3	20.070,0	-23.206,0	38.597,6	-19.166,3	13.673,7	-2.030,7	2.083,7

(*) Critério Liberação. Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL (*)

R\$ milhões

	Ago/2003	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2004
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	15.241,7	14.352,5	8.343,4	3.683,7	2.169,3	6.776,9	12.565,3	16.059,6	20.072,7	20.108,0	7.209,2	28.826,9	5.645,4
I.1. Emissão de Títulos	11.513,9	13.116,5	6.368,3	0,0	0,0	6.131,9	4.522,7	14.832,1	18.260,7	15.695,3	6.324,7	27.832,0	4.267,7
I.2. Remuneração das Disponibilidades	3.517,8	1.194,7	1.906,1	3.520,6	2.137,7	608,4	2.342,4	1.103,8	1.623,0	3.987,4	736,4	890,6	1.233,4
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	210,0	41,3	69,0	163,2	31,6	36,6	198,6	123,7	189,0	425,3	148,1	104,2	144,2
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	5.501,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	13.910,0	23.522,5	3.850,0	10.200,0	27.712,3	16.130,0	268,6	33.600,2	8.060,0	15.050,0	814,3	31.305,0	5.665,0
II.1. Resgate de Títulos	12.938,7	21.597,9	3.305,4	8.500,0	24.444,9	14.090,9	-605,2	30.208,5	7.600,0	12.800,0	0,1	27.620,0	4.215,0
II.2. Encargos da DPMF	971,3	1.924,5	544,6	1.700,0	3.267,4	2.039,1	873,9	3.391,7	460,0	2.250,0	814,2	3.685,0	1.450,0
III. RESULTADO (I - II)	1.331,7	-9.169,9	4.493,4	-6.516,3	-25.543,0	-9.353,1	12.296,6	-17.540,6	12.012,7	5.058,0	6.394,9	-2.478,1	-19,6

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A4 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO (*)

R\$ milhões

	Ago/2003	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2004
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	28,8	0,0	0,0	66,1	35,3	13,5	10,3	6,6	11,5	6,3	9,4	9,9	7,6
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL	7,4	0,0	131,3	13,4	0,0	0,0	173,5	1,9	0,0	0,0	0,0	16,2	133,1
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	69,7	216,7	166,0	8,0	149,7	17,6	-4,5	157,1	-94,4	-51,1	-105,4	17,2	7,5
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,0	0,0	0,0	10,1	1,1	2,1	0,6	0,3	0,3	0,0	0,0	0,2	0,0
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	66,4	214,4	165,5	-2,1	149,2	0,5	0,0	156,9	-94,7	-51,1	-98,6	16,9	7,5
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	3,3	2,3	0,5	0,0	-0,6	15,0	-5,1	0,0	0,0	0,0	-6,8	0,0	0,0
IV. PRONAF	68,9	13,3	332,6	-36,4	245,2	97,4	80,9	46,9	89,5	57,5	83,2	141,3	134,4
IV.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	75,7	1,6	132,5	30,7	122,8	23,9	21,2	20,0	21,2	19,3	21,0	78,9	73,2
IV.2. Concessão de Financiamento (1)	-6,8	11,7	200,1	-67,1	122,4	73,4	59,7	26,9	68,3	38,2	62,2	62,3	61,1
V. PROEX	-29,8	-15,6	194,9	32,1	458,6	-8,2	-75,6	70,0	-4,6	11,4	33,9	73,9	100,5
V.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	22,5	6,7	152,1	44,8	316,4	10,3	0,0	49,2	8,6	58,0	13,4	73,7	27,2
V.2. Concessão de Financiamento (1)	-52,2	-22,3	42,8	-12,7	142,2	-18,5	-75,6	20,7	-13,2	-46,7	20,4	0,2	73,3
VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)	0,0	0,0	0,0	0,0	88,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	36,2	0,0	0,0
VII. CACAU	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,6	0,0	0,0	0,0
VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)	0,0	0,0	0,0	0,2	4,2	26,3	45,3	35,2	54,7	63,1	10,2	53,2	61,9
IX. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	421,9	3,2	1.503,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
X. FUNDO DA TERRA (1)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-2,8	-4,2	-3,8	-4,5	-13,4	-4,2	-6,1	-4,8
XI. TOTAL	145,4	214,4	1.246,7	86,7	2.485,1	143,8	225,6	313,9	52,1	74,4	63,3	305,5	440,2

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração.

(1) Concessão de empréstimos menos retornos.

TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO

R\$ milhões

	Ago/2003	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2004
I. DÍVIDA INTERNA	143.871,6	153.256,9	160.162,4	167.866,3	170.970,2	163.730,4	168.642,7	182.184,7	186.621,9	162.558,8	165.488,0	160.394,5	165.969,5
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	663.166,5	676.009,0	689.125,3	700.668,5	703.320,0	708.313,5	714.575,0	734.065,4	744.454,4	724.948,3	736.414,8	739.003,6	745.544,0
Dívida Bancária	25.623,6	25.655,0	25.682,9	25.692,8	25.681,8	25.643,9	25.609,6	25.541,6	25.510,7	25.494,5	25.470,7	25.465,9	25.442,0
INSS	-14.868,2	-14.960,4	-15.117,5	-15.183,6	-15.256,5	-15.348,0	-15.470,8	-15.637,9	-15.783,3	-15.964,9	-16.197,9	-16.406,9	-16.593,9
Lei 7.976/89	-10.500,4	-10.351,1	-10.092,6	-10.265,7	-9.683,7	-9.778,1	-9.654,4	-9.609,4	-9.422,8	-9.698,8	-9.339,8	-9.094,7	-8.819,6
Bônus Renegociação	-20.514,7	-20.302,2	-19.612,0	-20.246,0	-19.716,8	-20.015,8	-19.808,6	-19.660,9	-18.850,3	-20.034,3	-19.667,6	-19.107,9	-18.595,0
Lei 8.727/93	-47.561,0	-47.637,9	-47.749,2	-47.792,1	-47.806,2	-47.775,1	-47.771,9	-47.684,4	-47.700,2	-47.765,6	-47.823,3	-47.911,6	-47.959,0
Lei 9.496/97	-204.622,2	-206.112,1	-208.972,6	-210.416,9	-211.717,4	-213.702,4	-215.602,8	-218.539,4	-220.618,8	-223.561,6	-227.213,1	-230.668,9	-233.701,8
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-30.019,0	-30.275,0	-30.309,1	-30.526,3	-30.792,1	-31.090,8	-31.463,3	-31.882,5	-32.250,8	-32.698,2	-33.249,1	-33.833,8	-34.364,1
Recebíveis das Estatais	-32.845,2	-32.974,6	-32.571,9	-33.329,4	-33.704,1	-33.541,2	-33.675,7	-34.171,6	-35.361,9	-35.901,4	-36.169,0	-35.738,4	-36.256,1
Outros	-42.678,0	-43.029,6	-43.226,9	-43.768,2	-43.869,2	-44.207,7	-44.052,8	-44.340,1	-44.424,2	-44.478,5	-44.762,5	-45.072,2	-44.932,7
Fat	-86.233,4	-86.045,9	-87.455,0	-88.374,6	-89.712,2	-91.709,3	-92.573,9	-94.308,0	-95.323,0	-96.514,9	-98.802,7	-100.786,7	-100.745,0
Demais Entidades	-38.831,2	-38.873,9	-39.492,4	-39.914,4	-40.993,9	-41.310,4	-41.102,4	-41.873,3	-42.201,9	-42.870,8	-43.553,9	-44.156,4	-44.675,6
Créditos das Operações Oficiais	-12.079,1	-12.457,2	-12.738,7	-13.219,1	-13.563,9	-13.761,9	-13.745,7	-13.531,8	-13.649,3	-13.928,3	-13.893,6	-13.721,5	-13.561,0
Arrecadação a Recolher	-4.166,0	-5.387,2	-7.307,9	-5.458,8	-1.215,4	-7.986,2	-6.619,6	-6.182,9	-7.756,6	-4.466,8	-5.725,0	-7.576,0	-4.812,7
II. DÍVIDA EXTERNA	216.555,0	218.852,9	218.532,1	226.356,5	221.534,3	229.136,8	226.113,1	224.626,3	214.624,6	228.409,0	226.784,8	222.669,5	215.289,5
Dívida Mobiliária	166.861,8	167.657,4	167.760,7	173.813,1	171.614,0	178.835,2	177.162,9	176.587,1	166.315,0	177.248,8	178.382,5	175.445,7	170.452,2
Títulos Depositados em Garantias	-5.201,9	-3.737,6	-3.522,2	-3.662,0	-3.649,4	-3.797,8	-3.867,3	-3.912,3	-3.673,0	-3.920,1	-3.935,2	-3.893,3	-3.960,4
Dívida Contratual	55.869,2	55.879,4	55.210,3	57.119,6	54.439,2	54.463,4	53.188,0	52.298,2	52.362,3	55.487,6	52.727,3	51.473,9	49.110,1
Disponibilidades	-974,0	-946,4	-916,7	-914,2	-869,5	-364,1	-370,4	-346,7	-379,7	-407,3	-389,9	-356,7	-312,4
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	360.426,6	372.109,7	378.694,5	394.222,9	392.504,5	392.867,2	394.755,8	406.811,0	401.246,5	390.967,8	392.272,8	383.064,1	381.259,0
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	24,6%	25,1%	25,3%	26,2%	25,9%	25,7%	25,7%	26,2%	25,6%	24,8%	24,6%	24,0%	23,9%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui Dívida Securitizada, Certificados de Privatização e TDA . Ver Tabela A7.

TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA DO TESOUREO NACIONAL

R\$ milhões

	Ago/2003	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2004
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	166.861,8	167.657,4	167.760,7	173.813,1	171.614,0	178.835,2	177.162,9	176.587,1	166.315,0	177.248,8	178.382,5	175.445,7	170.452,2
I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	49.810,4	49.041,2	46.778,4	48.304,8	47.318,9	48.165,6	47.721,8	47.591,6	45.444,3	48.290,0	47.956,7	46.606,5	45.174,5
Brazil Investment Bond (BIB)	964,6	905,3	884,5	913,4	894,8	910,8	902,4	855,7	866,3	920,6	914,2	890,5	863,1
Par Bond (PB)	4.566,1	4.499,7	4.396,3	4.539,7	4.447,1	4.526,6	4.484,9	4.476,9	4.532,5	4.816,3	4.783,1	4.643,5	4.500,9
Discount Bond (DB)	3.980,7	3.922,6	3.832,4	3.957,5	3.876,7	3.946,1	3.909,7	3.902,8	3.951,2	4.198,6	4.169,6	3.971,9	3.849,9
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	1.662,4	1.638,2	1.467,2	1.515,1	1.484,1	1.510,7	1.496,8	1.494,1	1.375,1	1.461,2	1.451,2	1.413,5	1.370,0
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	19.399,8	19.117,9	18.678,4	19.287,9	18.894,2	19.232,3	19.055,1	19.021,1	18.340,2	19.488,6	19.354,1	18.851,5	18.272,3
Debt Conversion Bond (DCB)	11.138,1	10.976,3	10.723,9	11.073,9	10.847,8	11.042,0	10.940,2	10.920,7	10.405,9	11.057,5	10.981,2	10.696,0	10.367,4
New Money Bond (NMB)	3.708,0	3.654,1	3.272,6	3.379,4	3.310,4	3.369,7	3.338,6	3.332,6	3.067,3	3.259,4	3.236,9	3.152,8	3.055,9
Eligible Interest (EI)	4.390,9	4.327,1	3.523,0	3.638,0	3.563,7	3.627,5	3.594,1	3.587,6	2.905,7	3.087,7	3.066,4	2.986,8	2.895,0
I.2. BÔNUS CAPTAÇÃO	117.051,4	118.616,2	120.982,3	125.508,2	124.295,1	130.669,6	129.441,1	128.995,5	120.870,7	128.958,8	130.425,9	128.839,2	125.277,7
Bônus Marco Alemão 2007	1.652,7	1.700,5	1.706,8	1.809,6	1.866,5	1.875,5	1.863,6	1.831,9	1.805,5	1.953,5	1.940,5	1.861,1	1.829,3
Bônus Global 2027	10.382,8	10.231,9	9.996,7	10.322,9	10.112,2	10.293,2	10.198,3	10.180,1	10.306,5	10.951,9	10.876,3	10.593,8	10.268,3
Bônus EuroIira	1.252,0	1.288,2	1.293,0	1.370,8	1.414,0	1.420,8	1.411,8	1.387,7	1.367,8	1.479,8	1.470,0	1.409,9	1.385,8
Bônus Eurosterling 2007	700,5	718,0	729,7	761,9	777,4	804,6	816,7	805,4	786,2	860,8	849,0	826,7	793,7
Bônus Marco Alemão 2008	1.239,5	1.275,4	1.280,1	1.357,2	1.399,9	1.406,7	1.397,7	1.373,9	1.354,1	1.465,1	1.455,3	1.395,8	1.372,0
Bônus Global 2008	7.416,3	7.308,5	7.140,5	7.373,5	7.223,0	7.352,3	7.284,5	7.271,5	7.361,8	7.822,8	7.768,8	7.567,0	7.334,5
Bônus Global 2004	8.899,5	8.770,2	8.568,6	8.848,2	8.667,6	8.822,7	8.741,4	8.725,8	-	-	-	-	-
Bônus Euro 2004	1.583,9	1.629,7	1.635,8	1.734,2	1.788,8	1.797,4	1.786,0	1.755,6	1.730,3	1.872,1	1.859,7	1.783,6	1.753,1
Bônus Global 2009	5.933,0	5.846,8	5.712,4	5.898,8	5.778,4	5.881,8	5.827,6	5.817,2	5.889,4	6.258,2	6.545,6	6.323,7	6.068,0
Bônus Euro 2006	2.223,9	2.288,2	2.296,7	2.435,0	2.511,6	2.523,8	2.507,7	2.465,0	2.429,5	2.628,6	2.611,1	2.504,3	2.461,5
Bônus Global 2020	2.966,5	2.923,4	2.856,2	2.949,4	2.889,2	2.940,9	2.913,8	2.908,6	2.944,7	3.129,1	3.107,5	3.026,8	2.933,8
Bônus Euro 2010	2.424,3	2.494,4	2.503,7	2.654,5	2.737,9	2.751,2	2.733,7	2.687,2	2.648,5	2.865,5	2.846,4	2.730,0	2.683,4
Bônus Global 2030	4.746,4	4.677,4	4.569,9	4.719,0	4.622,7	4.705,4	4.662,1	4.653,8	4.711,5	5.006,6	4.972,0	4.842,9	4.694,1
Bônus Euro 2005	4.001,7	4.117,4	4.132,8	4.381,6	4.519,4	4.541,3	4.512,5	4.435,6	4.371,7	4.730,0	4.698,5	4.506,4	4.429,3
Bônus Global 2007	7.416,3	7.308,5	7.140,5	7.373,5	7.223,0	7.352,3	7.284,5	7.271,5	7.361,8	7.822,8	7.768,8	7.567,0	7.334,5
Bônus Global 2040	15.299,2	15.076,9	14.730,3	15.211,0	14.900,5	15.167,1	15.027,4	15.000,6	15.186,7	16.137,7	16.026,3	15.610,1	15.130,5
Bônus Euro 2007	2.424,3	2.494,4	2.503,7	2.654,5	2.737,9	2.751,2	2.733,7	2.687,2	2.648,5	2.865,5	2.846,4	2.730,0	2.683,4
Bônus Samurai 2006	1.514,3	1.537,2	1.581,1	1.612,6	1.617,5	1.665,7	1.601,4	1.670,3	1.597,1	1.712,8	1.712,2	1.629,1	1.610,1
Bônus Global 2006	4.449,8	4.385,1	4.284,3	4.424,1	4.333,8	4.411,4	4.370,7	4.362,9	4.417,1	4.693,7	4.661,3	4.540,2	4.400,7
Bônus Euro 2011	3.232,4	3.325,9	3.338,3	3.539,3	3.650,6	3.668,2	3.645,0	3.582,9	3.531,3	3.820,7	3.795,2	3.640,0	3.577,8
Bônus Global 2024	8.824,5	8.696,2	8.496,3	8.773,6	8.594,5	8.748,3	8.667,7	8.652,2	8.759,6	9.308,1	9.243,9	9.003,8	8.727,2
Bônus Samurai 2007	2.019,1	2.049,6	2.108,2	2.150,2	2.156,6	2.220,9	2.135,1	2.227,1	2.129,5	2.283,7	2.282,9	2.172,2	2.146,8
Bônus Global 2005	2.966,5	2.923,4	2.856,2	2.949,4	2.889,2	2.940,9	2.913,8	2.908,6	2.944,7	3.129,1	3.107,5	3.026,8	2.933,8
Bônus Global 2012	3.708,1	3.654,3	3.570,3	3.686,8	3.611,5	3.676,1	3.642,3	3.635,8	3.680,9	3.911,4	3.884,4	3.783,5	3.667,3
Euro Bond 2009	1.616,2	1.662,9	1.669,1	1.769,6	1.825,3	1.834,1	1.822,5	1.791,4	1.765,6	1.910,3	1.897,6	1.820,0	1.788,9
Bônus Global 2013	3.708,1	3.654,3	3.570,3	3.686,8	3.611,5	3.676,1	3.642,3	3.635,8	3.680,9	3.911,4	3.884,4	3.783,5	3.667,3
Bônus Global 2011	1.483,3	3.654,3	3.570,3	3.686,8	3.611,5	3.676,1	3.642,3	3.635,8	3.680,9	3.911,4	3.884,4	3.783,5	3.667,3
Bônus Global 2010	2.966,5	2.923,4	2.856,2	2.949,4	2.889,2	2.940,9	2.913,8	2.908,6	2.944,7	3.129,1	3.107,5	3.026,8	2.933,8
Bônus Global 2034	-	-	-	-	-	4.411,4	4.370,7	4.362,9	4.417,1	4.693,7	4.661,3	4.540,2	4.400,7
Bônus Global 2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.270,1	2.200,4
II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-5.201,9	-3.737,6	-3.522,2	-3.662,0	-3.649,4	-3.797,8	-3.867,3	-3.912,3	-3.673,0	-3.920,1	-3.935,2	-3.893,3	-3.960,4
III. DÍVIDA CONTRATUAL	55.869,2	55.879,4	55.210,3	57.119,6	54.439,2	54.463,4	53.188,0	52.298,2	52.362,3	55.487,6	52.727,3	51.473,9	49.110,1
IV. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-974,0	-946,4	-916,7	-914,2	-869,5	-364,1	-370,4	-346,7	-379,7	-407,3	-389,9	-356,7	-312,4
V. TOTAL (I+II+III+IV)	216.555,0	218.852,9	218.532,1	226.356,5	221.534,3	229.136,8	226.113,1	224.626,3	214.624,6	228.409,0	226.784,8	222.669,5	215.289,5
DÍVIDA EXTERNA TOTAL/PIB	14,8%	14,8%	14,6%	15,1%	14,6%	15,0%	14,7%	14,5%	13,7%	14,5%	14,2%	13,8%	13,2%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL

R\$ milhões

	Ago/2003	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2004
DÍVIDA MOBILIÁRIA TOTAL	967.781,6	989.604,2	999.925,1	1.007.129,1	980.367,7	987.953,5	1.000.121,2	1.023.720,3	1.029.020,5	1.017.380,1	1.037.579,1	1.038.438,3	1.045.751,0
I. Dívida em Mercado	663.166,5	676.009,0	689.125,3	700.668,5	703.320,0	708.313,5	714.575,0	734.065,4	744.454,4	724.948,3	736.414,8	739.003,6	745.544,0
Dívida Securitizada	21.559,1	21.379,4	22.188,3	20.944,2	19.879,7	19.805,8	19.958,0	19.023,9	19.163,1	19.210,3	19.389,5	19.331,3	19.466,0
TDA	2.057,3	2.044,0	2.058,5	2.015,1	1.933,3	2.043,2	2.038,8	2.085,7	2.066,4	2.125,3	2.125,8	2.172,4	2.388,3
LTN	51.588,3	63.995,8	70.985,4	85.216,6	91.309,9	92.174,7	100.285,7	116.192,3	120.271,3	121.509,0	126.436,0	113.756,1	125.601,0
LFT	438.867,0	438.764,9	443.403,9	439.395,6	433.346,5	436.104,8	435.157,2	440.258,9	442.530,7	417.499,1	420.989,2	436.969,6	430.126,0
LFT-A	3.509,6	3.540,8	3.570,6	3.589,9	3.610,2	3.626,5	3.636,0	3.655,9	3.668,5	3.682,6	3.696,5	3.704,4	3.720,2
LFT-B	8.422,6	7.855,1	7.507,7	7.455,6	6.494,0	6.415,7	6.347,8	5.963,1	5.938,6	5.958,6	5.513,2	5.533,8	5.563,8
NTN-A	13.406,4	13.194,7	12.772,8	13.216,2	12.975,3	13.233,7	13.139,4	13.084,8	13.097,3	13.944,3	13.875,5	13.545,0	13.159,4
NTN-B	11.055,0	13.643,1	15.618,2	15.765,9	18.049,9	19.576,6	21.210,6	21.647,2	22.786,4	22.437,3	23.591,3	25.248,1	25.372,1
NTN-C	54.280,9	56.636,8	57.837,5	58.810,3	61.897,4	61.664,0	62.588,8	64.322,1	66.681,5	69.979,0	72.470,1	72.781,4	74.820,9
NTN-D	34.510,5	31.397,8	29.651,7	30.655,0	30.110,1	29.610,1	26.019,6	23.587,3	23.849,4	23.758,7	23.603,0	21.484,3	20.890,8
NTN-F	-	-	-	-	449,0	902,9	1.201,2	1.209,4	1.298,4	1.309,1	1.311,6	1.265,3	1.282,2
NTN-I	1.266,3	1.225,8	1.317,4	1.371,2	1.601,9	1.602,0	1.565,2	1.577,3	1.557,9	1.661,1	1.629,0	1.633,2	1.589,2
NTN-P	2.550,2	2.571,2	2.591,9	2.609,3	2.626,9	2.643,0	2.657,3	2.674,9	2.690,3	2.707,7	2.725,6	2.744,2	2.763,1
CFT-A	13.293,4	13.004,2	12.993,3	12.859,9	12.327,2	12.210,2	12.216,5	12.188,6	12.207,0	12.263,4	12.318,3	12.160,9	12.198,3
CFT-D	2.956,0	2.904,5	2.829,5	2.913,0	2.845,1	2.887,4	2.851,8	2.838,3	2.864,5	3.034,6	3.004,1	2.917,0	2.818,4
Demais	3.843,9	3.851,0	3.798,7	3.850,8	3.863,7	3.812,9	3.701,2	3.755,7	3.783,1	3.868,2	3.736,1	3.756,7	3.784,1
II. Dívida com BACEN	304.615,1	313.595,2	310.799,8	306.460,6	277.047,8	279.640,0	285.546,3	289.654,9	284.566,1	292.431,8	301.164,2	299.434,7	300.207,0
LTN	93.211,8	106.034,3	100.576,7	102.217,9	100.893,8	106.415,7	112.126,9	128.815,9	120.829,4	122.606,5	124.775,1	103.178,7	108.903,7
LFT	131.703,1	128.868,7	130.495,7	122.708,0	96.603,3	97.869,0	98.601,4	90.794,8	91.895,5	95.509,8	102.678,0	124.225,5	121.176,3
NTN-D	73.503,0	70.143,3	66.289,6	68.303,7	66.692,1	62.067,1	61.382,4	56.763,0	57.785,9	60.465,2	59.726,6	58.070,3	56.243,9
Demais	6.197,2	8.548,9	13.437,8	13.230,9	12.858,6	13.288,3	13.435,6	13.281,3	14.055,2	13.850,3	13.984,5	13.960,0	13.883,2
Dívida em Mercado/PIB	45,3%	45,7%	46,1%	46,6%	46,4%	46,4%	46,5%	47,2%	47,6%	45,9%	46,1%	45,8%	45,8%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.



TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

R\$ milhões

	Ago/2003	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2004
I. INTERNA	-125.064,6	-124.919,8	-126.947,4	-128.288,9	-130.706,1	-133.019,7	-133.676,3	-136.181,4	-137.525,0	-139.385,7	-142.356,5	-144.943,1	-145.420,6
Dívida contratual	704,3	701,8	689,1	709,5	487,3	495,5	490,8	487,3	489,7	506,5	476,6	466,2	453,4
FAT	-86.233,4	-86.045,9	-87.455,0	-88.374,6	-89.712,2	-91.709,3	-92.573,9	-94.308,0	-95.323,0	-96.514,9	-98.802,7	-100.786,7	-100.745,0
Aplicações financeiras	-4.577,3	-4.524,4	-4.764,2	-4.601,1	-4.254,8	-4.127,7	-3.591,3	-3.649,7	-3.474,0	-3.738,6	-3.770,3	-3.785,0	-3.787,7
Fundos Regionais	-23.532,7	-23.889,2	-24.157,2	-24.565,0	-24.849,1	-25.383,6	-25.757,5	-26.149,5	-26.528,0	-26.790,0	-27.283,2	-27.659,6	-28.079,8
Demais	-11.425,6	-11.162,0	-11.260,2	-11.457,7	-12.377,3	-12.294,7	-12.244,4	-12.561,5	-12.689,6	-12.848,7	-12.977,0	-13.178,0	-13.261,4
II. EXTERNA	-974,0	-946,4	-916,7	-914,2	-869,5	-364,1	-370,4	-346,7	-379,7	-407,3	-389,9	-356,7	-312,4
Disponibilidades	-974,0	-946,4	-916,7	-914,2	-869,5	-364,1	-370,4	-346,7	-379,7	-407,3	-389,9	-356,7	-312,4
III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)	-126.038,6	-125.866,2	-127.864,1	-129.203,1	-131.575,6	-133.383,8	-134.046,8	-136.528,1	-137.904,6	-139.793,0	-142.746,4	-145.299,8	-145.733,0
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	-8,6%	-8,5%	-8,6%	-8,6%	-8,7%	-8,7%	-8,7%	-8,8%	-8,8%	-8,9%	-8,9%	-9,0%	-8,9%

(-) Haver (+) Obrigação

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

COMENTÁRIOS

No mês de agosto de 2004, os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram acréscimo nominal de +30,1% (trinta vírgula um por cento) quando comparados aos repasses efetuados em julho de 2004.

Em agosto de 2004, as transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 3.632,4 milhões, contra R\$ 2.792,4 milhões no mês de julho, já descontada a parcela de 15 % para o FUNDEF.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes as distribuições decenciais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar: -> Governo

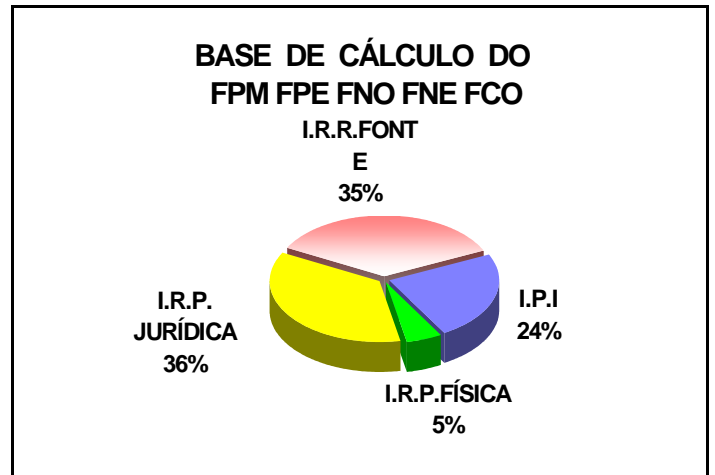
-> DAF-Distribuição da Arrecadação Federal

Outras informações sobre as transferências constitucionais poderão ser obtidas por meio dos telefones (0xx61) 412-3116, 412-3023. **Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional : (0xx61) 481-8000.**

Alertamos, novamente, aos beneficiários dos Fundos de Participação que a partir do mês de junho de 2004, inicia-se o processo de restituição do Imposto de Renda das Pessoas Físicas, ano base 2003, com reflexo no valor das cotas do Fundo.

COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS

Em **agosto** os percentuais de composição, por tributo, foram os seguintes:



DISTRIBUIÇÃO DO FPM/FPE

ANO	FPM * (R\$ Milhões)			VARIÇÃO NOMINAL(%)		
	AGO	JUL	JAN A AGO	AGO/04 JUL/04	AGO/04 AGO/03	JAN A AGO/04 JAN A AGO/03
2003	1.919,1	1.462,8	13.505,4	-	-	-
2004	2.184,1	1.678,7	14.441,9	+30,1%	+13,8 %	+7,8 %

ANO	FPE * (R\$ Milhões)			VARIÇÃO NOMINAL(%)		
	AGO	JUL	JAN A AGO	AGO/04 JUL/04	AGO/04 AGO/03	JAN A AGO/04 JAN A AGO/03
2003	1.833,9	1.397,8	14.739,1	-	-	-
2004	2.087,0	1.604,2	15.887,6	+30,1%	+13,8 %	+7,8 %

(*) Não excluídos 15% para o FUNDEF.

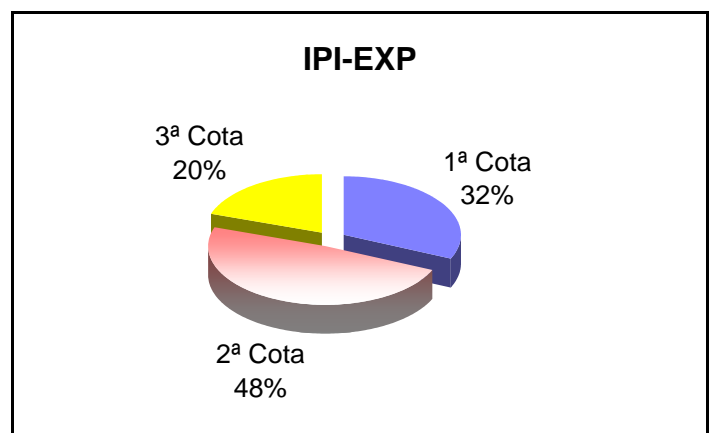
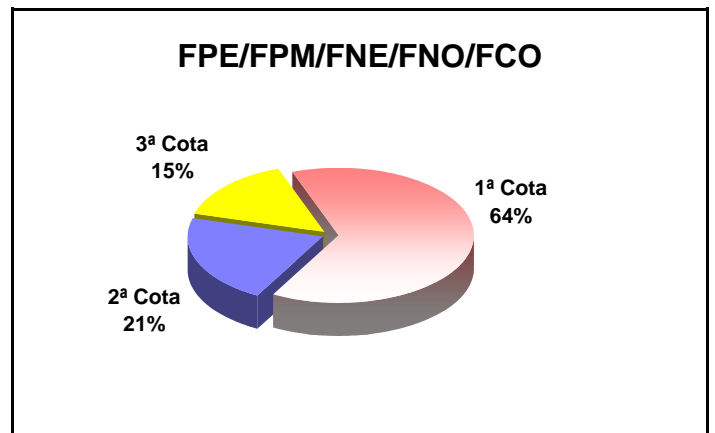
PREVISTO X REALIZADO

De acordo com a Portaria STN 639/03 os créditos relativos ao mês de **agosto** foram efetuados nas seguintes datas: **10/08, 20/08 e 30/08**. O quadro abaixo mostra a variação estimada dos fundos, divulgada pela STN, e o percentual efetivamente realizado.

Mês	FPE		FPM		IPI-EXP	
	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.
AGO	+21,0%	+30,1%	+21,0 %	+30,1 %	-5,0%	+4,9 %

DISTRIBUIÇÃO NOS DECÊNDIOS

Os percentuais de cada cota decencial, em relação ao total do mês, estão representados nos gráficos abaixo:



DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do IPI e do IR no período de 21 de julho a 20 de agosto, conforme demonstrativo abaixo: **R\$ Milhões**

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida Realizada (Competência)			Receita	Base de Cálculo	Transferências Constitucionais			
						Valores Distribuídos			
	IPI	IR	IPI+IR	Classificada (Caixa)	IPI+IR	FPE (1)	FPM (1)	IPI-EXP (1)(2)	FUNDEF(2)
3º Dec./Jul.	622,8	5.546,1	6.168,9						
Jul/2004	1.973,9	6.164,3	8.138,3	Ago/2004	9.706,9	1.773,9	1.856,4	167,0	670,1
1º Dec./Ago.	956,1	1.128,7	2.084,8	3º Dec./Jul.	6.168,9	1.127,4	1.179,8	52,9	416,5
2º Dec./Ago.	385,4	1.067,9	1.453,2	1º Dec./Ago.	2.084,8	381,0	398,7	81,3	151,9
3º Dec./Ago.	632,4	3.967,8	4.600,3	2º Dec./Ago.	1.453,2	265,6	277,9	32,8	101,7

Obs.: Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). (1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP.

DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS (R\$ mil)

UF	FPM	FPE	IPIEXP	FUNDEF UNIÃO
AC	10.214,58	60.686,35	16,87	12.553,60
AL	43.952,15	73.797,51	392,19	21.490,88
AM	25.968,76	49.499,91	5.347,78	14.690,07
AP	7.029,64	60.526,69	1,35	12.094,70
BA	167.652,18	166.682,56	11.092,64	64.552,04
CE	96.652,37	130.151,90	1.975,90	41.065,20
DF	3.770,90	12.243,71	10,03	3.172,02
ES	33.120,65	26.609,04	7.751,25	13.720,31
GO	67.979,85	50.434,77	1.372,71	21.706,18
MA	74.559,96	128.046,24	1.577,11	48.977,08
MG	244.011,64	79.019,97	18.971,63	65.837,72
MS	27.632,72	23.628,83	1.033,03	9.753,18
MT	35.142,89	40.940,67	1.477,13	14.512,04
PA	67.463,82	108.422,96	6.303,85	40.411,11
PB	59.816,64	84.952,01	508,64	25.759,35
PE	93.673,38	122.405,12	1.043,74	36.787,79
PI	46.014,48	76.658,86	111,57	23.195,49
PR	125.363,20	51.146,12	18.408,26	38.682,29
RJ	54.930,02	27.100,42	17.215,63	20.006,64
RN	46.751,08	74.113,27	456,42	21.563,45
RO	16.768,94	49.946,94	197,04	11.914,15
RR	8.860,16	44.006,03	14,31	9.348,10
RS	125.254,70	41.772,64	24.016,26	37.950,85
SC	72.192,75	22.702,83	14.174,07	20.773,88
SE	26.893,06	73.712,36	97,93	17.877,63
SP	249.010,01	17.739,36	33.393,69	65.326,65
TO	28.274,59	76.988,82	7,41	18.610,66
TOTAL	1.858.955,13	1.773.935,86	166.968,45	732.333,07

(1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP. e FUNDEF-União. (3) Alguns municípios não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial.

ESTIMATIVA TRIMESTRAL

As previsões embutem margem de erro, face às possíveis variações decorrentes do comportamento da arrecadação.

A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

Fundo	Set/Ago	Out/Set	Nov/Out
FPM/FPE/FNE/FNO/FCO	-15,0 %	-9,0 %	+16,2 %
IPI-EXP	-11,0 %	+7,1 %	-6,5 %

OBS.: Previsão de acordo com os dados fornecidos pela SRF, sujeita a alterações.

DATAS DE PUBLICAÇÃO

Em observância ao que determina o Art. 6º da Lei Complementar 62, de 28/12/89, os valores das Transferências Constitucionais distribuídos por Estado e Município foram publicados no Diário Oficial da União, Seção I, nas seguintes datas:

Mês	Data	Mês	Data
Dez/2003	04/02/04	Abr/2004	21/05/04
Jan a Dez/03	04/02/04	Mai/2004	01/07/04
Jan/2004	18/02/04	Jun/2004	30/08/04
Fev/2004	26/03/04	Jul/2004	30/08/04
Mar/2004	20/04/04	Jan a Jun/2004	30/08/04

Foi publicado no Diário Oficial da União do dia 26 de dezembro de 2003, a Portaria STN 639, de 19 de dezembro de 2003, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2004.

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados
Municípios - **COPEM**

Fone: (61) 412.3116/3023 Fax: (61) 412.1580
Email: copem.df.stn@fazenda.gov.br

COMPORTAMENTO NO MÊS

Em agosto de 2004, as transferências para o FUNDEF alcançaram o montante de R\$ 2.481,7 milhões, contra R\$ 2.200,4 milhões em julho de 2004. Os repasses para o Fundo apresentaram acréscimo de 12,8% em valores nominais. Contribuíram para esse comportamento o acréscimo da ordem de 30,1% do FPM/FPE.

As informações relativas às transferências do FUNDEF estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições de cotas do FUNDEF com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar: > Governo, > DAF-Distribuição da Arrecadação Federal-> Clique aqui para ver Demonstrativo.

Não deixe de consultar, também a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional: (061)481-8000.

R\$ Mil

Origens	julho	Partic.	agosto	Partic.	Ago/Jul
FPM	249.887,0	11,4%	325.097,2	13,1%	30,1%
FPE	240.625,0	10,9%	313.047,5	12,6%	30,1%
IPI-EXP	28.087,1	1,3%	29.465,0	1,2%	4,9%
LC 87/96	42.387,5	1,9%	42.387,5	1,7%	0,0%
LC 102/00					
Compl. União	67.007,5	3,0%	22.335,8	0,9%	-66,7%
ICMS	1.572.421,8	71,5%	1.749.443,3	70,5%	11,3%
Total	2.200.415,8	100%	2.481.776,4	100%	12,8%

Fonte: SIAFI

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

DÚVIDAS SOBRE O FUNDEF

Com o objetivo de orientar as entidades envolvidas na implantação, distribuição e fiscalização do FUNDEF e sanar as dúvidas ainda existentes, o MEC disponibiliza vários canais de comunicação aos interessados na matéria. As questões relativas ao FUNDEF podem ser encaminhadas diretamente ao Ministério da Educação:

- por meio do telefone FALA BRASIL: 0800-616161;
- por meio dos telefones (61) 2104-8648, 2104-9270, 2104-9295
- por meio do Fax (61) 2104-9283;
- por meio de e-mail: fundef@mec.gov.br ;
- por correspondência endereçada ao:

Depto. de Acompanhamento do FUNDEF - SEF/MEC
Esplanada dos Ministérios, Bloco L 5º andar sala 501
70.047-900 – Brasília - DF

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de
Estados e Municípios - **COPEM**

Fone: (61) 412.3116//3023 Fax: (61) 412. 1580
Email: copem.df.stn@fazenda.gov.br

COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO PARA 2004 - PORTARIA Nº 024, DE 29 DE JANEIRO DE 2004

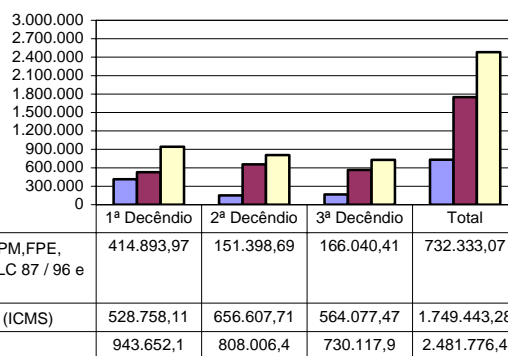
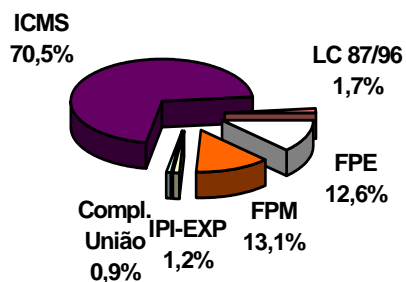
Portaria MF nº 24, de 29 de janeiro de 2004, publicado no D.O.U. em 30/01/04, divulga o cronograma com a estimativa dos valores mensais da complementação da União ao FUNDEF, para o ano de 2004.

MÊS	ALAGOAS	BAHIA	MARANHÃO	PARÁ	PIAUÍ	TOTAL
JANEIRO	285.230	2.014.710	12.231.255	6.405.250	1.399.375	22.335.820
FEVEREIRO	285.230	2.014.710	12.231.255	6.405.250	1.399.375	22.335.820
MARÇO	285.230	2.014.710	12.231.255	6.405.250	1.399.375	22.335.820
ABRIL	285.230	2.014.710	12.231.255	6.405.250	1.399.375	22.335.820
MAIO	285.230	2.014.710	12.231.255	6.405.250	1.399.375	22.335.820
JUNHO	285.230	2.014.710	12.231.255	6.405.250	1.399.375	22.335.820
JULHO	855.690	6.044.130	36.693.765	19.215.750	4.198.125	67.007.460
AGOSTO	285.230	2.014.710	12.231.255	6.405.250	1.399.375	22.335.820
SETEMBRO	285.230	2.014.710	12.231.255	6.405.250	1.399.375	22.335.820
OUTUBRO	285.230	2.014.710	12.231.255	6.405.250	1.399.375	22.335.820
NOVEMBRO	285.230	2.014.710	12.231.255	6.405.250	1.399.375	22.335.820
DEZEMBRO	1.140.920	8.058.840	48.925.020	25.621.000	5.597.500	89.343.280
TOTAL	4.848.910	34.250.070	207.931.335	108.889.250	23.789.375	379.708.940

FUNDEF BRASIL POR ORIGEM

FUNDEF BRASIL POR DECÊNDIO

Os gráficos abaixo demonstram os valores do FUNDEF TOTAL, por origem, e a sua distribuição nos decêndios.



DISTRIBUIÇÃO DO FUNDEF POR ESTADO - AGOSTO/2004 (EM R\$ MIL)

Estados	Matrículas (1)	Origens						FUNDEF Total (3)	Média (em reais) por aluno	
		FPE	FPM	IPI-EXP	Compl. União (4)	LC 87/96	ICMS		No mês	Até o mês
AC	140.732	10.709	1.803	3	0	39	3.345	15.899	113,0	875,4
AL	681.631	13.023	7.756	69	285	357	11.141	32.631	47,9	368,4
AM	702.496	8.735	4.583	944	0	428	35.100	49.790	70,9	482,5
AP	123.954	10.681	1.241	0	0	173	3.574	15.669	126,4	910,2
BA	3.145.874	29.415	29.586	1.958	2.015	1.580	63.836	128.388	40,8	347,3
CE	1.629.478	22.968	17.056	349	0	692	16.692	57.757	35,4	341,3
DF(2)	295.507	2.161	665	2	0	344	0	3.172	10,7	84,0
ES	506.045	4.696	5.845	1.368	0	1.812	40.110	53.830	106,4	762,2
GO	946.678	8.900	11.996	242	0	567	52.767	74.473	78,7	590,5
MA	1.515.900	22.596	13.158	278	12.231	713	9.971	58.949	38,9	337,7
MG	3.234.938	13.945	43.061	3.348	0	5.484	174.424	240.261	74,3	547,6
MS	411.164	4.170	4.876	182	0	525	30.161	39.914	97,1	676,0
MT	575.966	7.225	6.202	261	0	825	42.397	56.909	98,8	667,0
PA	1.563.132	19.133	11.905	1.112	6.405	1.855	30.313	70.724	45,2	330,7
PB	785.138	14.992	10.556	90	0	122	12.329	38.089	48,5	395,1
PE	1.454.254	21.601	14.429	184	0	574	38.644	75.432	51,9	385,4
PI	680.126	13.528	8.120	20	1.399	128	9.074	32.269	47,4	376,4
PR	1.575.874	9.026	22.123	3.249	0	4.285	102.276	140.959	89,4	680,0
RJ	1.995.272	4.782	9.694	3.038	0	2.493	171.949	191.955	96,2	725,6
RN	556.513	13.079	8.250	81	0	154	18.322	39.885	71,7	528,0
RO	296.998	8.814	2.959	35	0	106	14.096	26.010	87,6	634,1
RR	73.528	7.766	1.564	3	0	16	1.331	10.679	145,2	1.175,6
RS	1.560.320	7.372	22.073	4.238	0	4.268	124.652	162.603	104,2	758,5
SC	881.442	4.006	12.740	2.501	0	1.526	56.991	77.765	88,2	750,0
SE	382.172	13.008	4.746	17	0	106	10.423	28.301	74,1	582,6
SP	5.136.533	3.130	43.122	5.893	0	13.181	667.577	732.904	142,7	936,0
TO	272.309	13.586	4.990	1	0	33	7.948	26.559	97,5	741,6
Total	31.123.974	313.048	325.097	29.465	22.336	42.388	1.749.443	2.481.776	79,7	584,1

Fonte: SIAFI - (1) Número de matrículas, conforme Portaria MEC nº 02, de 02.01.2004. Exceto, os municípios que não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial (2) Não há informação de distribuição da parcela do ICMS neste mês. (3) Montante da UF (Estado e Municípios).

Obs: Total do estado x coeficiente individual de participação divulgado pelo MEC = valor da cota de cada beneficiário.